



RELATÓRIO ANUAL 2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

ÍNDICE

01

Relatório do Conselho de Administração Executivo

02

Balanço e Contas

03

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

04

Relatório do Conselho Geral e de Supervisão

05

Certificação Legal das Contas Consolidadas



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

O presente relatório tem como objectivo a apresentação dos aspectos mais relevantes do Grupo Bento Pedroso Construções, S.A. (BPC) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. De forma a facilitar o seu entendimento, o relatório está estruturado em sete capítulos, como segue:

- 1 - A Empresa
- 2 - Enquadramento macroeconómico
- 3 - Actividade desenvolvida ao longo do ano
- 4 - Análise económico-financeira
- 5 - Perspectivas
- 6 - Considerações finais

1- A EMPRESA

O Grupo Bento Pedroso Construções, S.A. (BPC), integra a Organização Odebrecht desde 1988, tem como objectivo permanente servir os seus Clientes com as melhores soluções de engenharia e construção. A constante procura de soluções inovadoras num processo de parceria com os nossos Clientes tem conduzido a uma relação sólida nos últimos anos e, simultaneamente, assegurado a plena satisfação dos Clientes e permitido um crescimento sustentado.

A satisfação dos Clientes e o crescimento sustentado são fruto da disciplina na aplicação da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), através da prática da delegação planeada, da descentralização, da política de parcerias, do reinvestimento dos resultados em novos negócios, bem como da política de Responsabilidade Social que praticamos.

O Grupo BPC está directamente relacionada com a história das maiores infra-estruturas realizadas em Portugal, nomeadamente:

Rodovias e Concessões Rodoviárias

- Auto-estrada do Norte A1
- Auto-estrada do Sul A2

- Auto-estrada da Costa do Estoril A5
- Auto-estrada da Marateca/Caia A6
- Auto-estrada do Oeste A8
- Auto-estrada da Grande Lisboa
- CREL Circular Regional Exterior de Lisboa A9
- CRIL Circular Regional Interior de Lisboa IC17
- SCUT Costa da Prata A29
- SCUT Beira Litoral e Alta A25
- Concessão Norte A11 A7
- SCUT Grande Porto A41 A42
- Via do Infante de Sagres
- VCI no Porto

Barragens

- Barragem e Central Hidroeléctrica do Alqueva;

Pontes e Viadutos

- Ponte Vasco da Gama
- Ponte da Lezíria
- Viadutos especiais da A2 e da A6

Metropolitano

- Linhas Restauradores/Baixa-Chiado/Rossio/Cais de Sodré
- Linha Vermelha – Alameda / S. Sebastião
- Linha Amarela Campo Grande/Odivelas

Ferrovias

- Modernização da Linha do Norte
- Modernização da Linha do Sul

Edificações

- Gare do Oriente
- MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

Portos e Aeroportos

- Ampliação do Aeroporto de Faro
- Aeroporto Sá Carneiro - Plataformas e caminhos circulação
- Ampliação do Porto de Sines
- Terminal de contentores de Sines
- Terminal de contentores de Xabregas

Túneis

- Túnel de Castelo de Bode
- Túnel de Carenque
- Túnel do Metropolitano na Gare do Oriente
- Túneis de Morgavel

ETA's e ETAR's

- Plataforma e Estação de tratamento de águas de Lever
- Aterro Sanitário do Barlavento Algarvio
- Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio

2- ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Durante o ano de 2010 observou-se uma clara recuperação da economia mundial, que se seguiu a um ano particularmente difícil, marcado por uma forte contração em termos de produção global. Permanece, no entanto, um elevado grau de incerteza sobre a sustentabilidade desta recuperação, dado os riscos associados aos problemas de financiamento de diversas economias nomeadamente de alguns países europeus.

No caso da economia portuguesa, tem-se vindo a assistir a um sensível agravamento das condições de financiamento da dívida externa, particularmente da dívida soberana muito pelo desequilíbrio das contas públicas que em 2010 devido á fraca execução orçamental atingiram um défice público de 7,3% do PIB. O aumento do rácio de dívida pública face ao PIB passou de 65%, em 2008, para 82% em 2010, o que teve impactos muito relevantes no valor dos juros suportados e no rating da república.

Ainda assim, em 2010, a economia portuguesa registou um desempenho positivo, tendo atingido, segundo a estimativa divulgada pelo INE, um crescimento real do PIB de 1,1%. Com base nos valores das componentes do PIB, divulgados apenas até ao terceiro trimestre de 2010, as exportações revelaram-se a componente do PIB mais dinâmica, com um crescimento real de cerca de 9,0%. Dado o conjunto crescente de dificuldades que a economia portuguesa vem enfrentando, o tecido empresarial tem vindo a sofrer uma forte adaptação, a taxa de desemprego atingiu um valor de 10,8%. Ao longo de 2010, a variação dos preços no consumidor foi, ao contrário do ano anterior, positiva, com o INE a apurar uma taxa de inflação de 1,4%.

No que se refere á produção de obras de engenharia civil assistiu-se a uma redução, para metade, do montante de obras adjudicadas em 2010, face a 2009, o que levou a uma quebra no volume total de trabalhos de engenharia civil a desenvolver em 2011, quando comparado com a produção realizada em 2010.

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO								
	Valores a preços correntes				Variações reais anuais			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Residencial	8.011	7.602	5.752	5.060	-4,0%	-10,3%	-22,0%	-15,0%
Não Residencial	4.727	5.009	4.348	4.279	6,8%	0,2%	-10,5%	-4,9%
Particulares	3.282	3.562	2.868	2.701	13,0%	2,6%	-17,0%	-9,0%
Públicos	1.445	1.447	1.480	1.578	-5,0%	-5,4%	5,5%	3,0%
Engenharia Civil	6.916	7.537	7.677	7.866	-1,0%	3,0%	5,0%	-1,0%
Total do sector	19.654	20.148	17.777	17.205	-0,5%	-3,1%	-9,0%	-6,5%

Fonte: FEPICOP, valores em milhões de euros.

A previsão para o ano de 2011 para o sector de construção é de uma contração do seu volume global de produção em redor dos 5% segundo a FEPICOP.

3- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA AO LONGO DO ANO DE 2010

Principais Obras em Curso ou Adjudicadas

Para a EP - Estradas de Portugal

- IC17 - CRIL - Sublanço Buraca / Pontinha

Para a AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.

- Construção da auto-estrada da Concessão do Baixo Tejo

Para o Metro do Porto, S.A.

- Construção do Prolongamento da Linha Amarela a Santo Ovídio, incluindo interface na Estação D. João II (Consortio)

Para Mina-Trico, S. de R.L. de CV.

- Prestação de serviços referentes à procura e fornecimento de equipamentos e materiais

Para Projectos Ebramex, S. de R.L. de CV.

- Prestação de serviços referentes à procura e fornecimento de equipamentos e materiais

Para a Libyan Civil Aviation Authority

- Terminal do Aeroporto de Tripoli - Líbia (*Joint Venture*)

Para a EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.

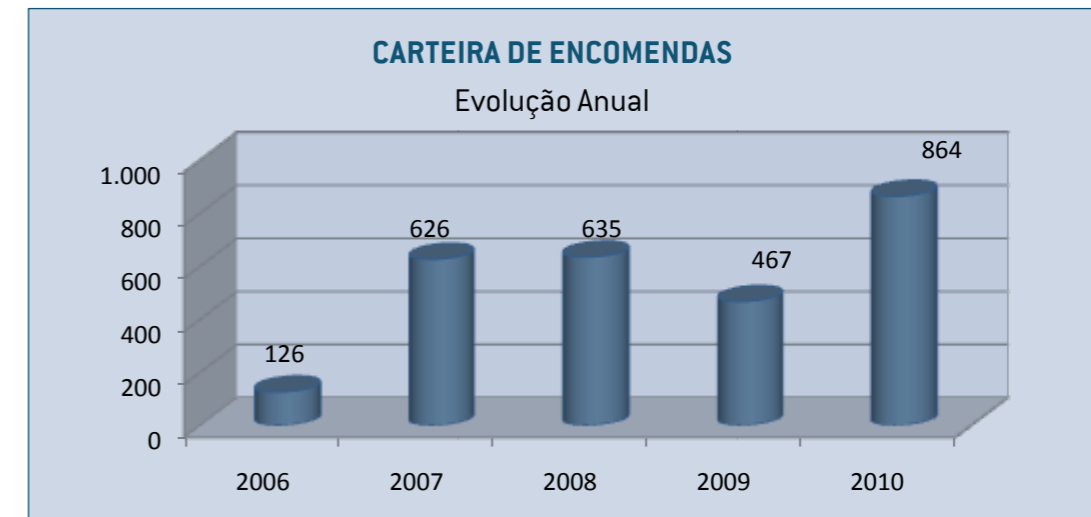
- Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (ACE)

Para a ELOS - Ligações de Alta Velocidade, S.A.

- Construção do troço do TGV Poceirão / Caia (ACE)

CARTEIRA DE ENCOMENDAS

Considerando o saldo das obras em carteira que transitaram em 31 de Dezembro de 2009, acrescido do valor dos contratos novos e deduzido da produção realizada em 2010, obtém-se um volume de obras em carteira de 864 milhões de euros.



O Grupo BPC apresenta, no final do ano de 2010, um qualificado saldo em carteira de contratos a executar, estando em desenvolvimento a prospecção/conquista de novos negócios em Portugal e em mercados externos.

ORGANIZAÇÃO E PESSOAS

No exercício de 2010, demos continuidade aos contratos em execução, sendo que o efectivo anual de Integrantes ao serviço do Grupo manteve-se estável. O número médio anual de Integrantes, em 2010, foi de 2.613, contra 2.933 em finais de 2009.

Durante o exercício de 2010, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Educação para o Trabalho e pelo Trabalho

As empresas da Organização Odebrecht desenvolvem-se na medida do crescimento das pessoas que nelas se integram. Assim, uma das principais atribuições dos líderes é educar pelo trabalho. Na prática significa dedicar tempo e atenção aos liderados, estar presente nas suas escolhas e desafios e propiciar a sua integração com as demais gerações em convivência na Organização.

SAÚDE, SEGURANÇA NO TRABALHO, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2010 a BPC emitiu e publicou o seu relatório de Sustentabilidade relevando as políticas e práticas de gestão neste âmbito, que tem permitido alcançar níveis de excelência nestas áreas.

A BPC integrou os seus sistemas de Gestão de Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, obtendo em 2010 a Manutenção em Segurança e Saúde no Trabalho (OSHSAS 18001), Meio Ambiente (NP EN ISSO 14001) e Responsabilidade Social (SA 8000) e obtendo a Recertificação no normativo da Qualidade (NP EN ISSO 9001).

Os programas de Saúde, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente e Responsabilidade Social são realizados a partir de uma política que define os princípios a serem observados em todas as actividades da empresa.

A melhoria contínua das práticas implementadas permitiu alcançar em 2010 os objectivos estabelecidos.

Saúde

Dando continuidade ao Programa de Saúde do Grupo BPC, durante o ano de 2010 foram efectuados check-ups aos seus Integrantes, obtendo-se, mais uma vez, resultados assinaláveis na melhoria de todos os indicadores ao nível da saúde. Tendo como contributo relevante a alteração dos hábitos dos nossos Integrantes, através da prática continuada de actividades desportivas, em particular de Atletismo e Futebol.

INDICADORES AMBIENTAIS

Os indicadores ambientais têm por base a prática da cultura da prevenção e do controle de riscos, incluindo todas as exigências estabelecidas nas licenças ambientais, o tratamento de efluentes líquidos e emissões, o adequado armazenamento e destino de produtos perigosos, a redução da geração e a reciclagem de resíduos e a recuperação de áreas degradadas. Foram desenvolvidos, ao longo de 2010, diversos programas de educação ambiental e de preparação para emergências, tendo por destinatários os Integrantes e fornecedores da empresa.

Programas no Âmbito da Gestão Ambiental:

Estão a ser desenvolvidos, continuamente, programas em cada contrato em execução (Baixo Sabor, CRIL, Santo Ovídio e Baixo Tejo).

Programas no Âmbito da Protecção Ambiental:

10 Programas específicos de protecção ambiental:

- Programa de Monitorização da Qualidade do Ar (ACE Baixo Sabor, Baixo Tejo)
- Programa de Monitorização do Ruído (todos os contratos)
- Programa de Monitorização de Órgãos de Drenagem (IC17 CRIL)
- Programa de Monitorização da Qualidade da Água, Superficial e Subterrânea (Baixo Tejo, ACE Baixo Sabor)
- Programa de Monitorização da Socioeconomia (ACE Baixo Sabor)
- Programa de Monitorização da Paisagem (ACE Baixo Sabor)
- Programa de Monitorização do Ordenamento do Território e Uso do Solo (ACE Baixo Sabor)
- Programa Piloto de Caracterização Microclimática (ACE Baixo Sabor)
- Programa de Monitorização da Flora, Vegetação e Habitats (ACE Baixo Sabor)
- Programa de Monitorização de Ecossistemas Aquáticos (ACE Baixo Sabor)

Têm sido desenvolvidos programas de educação ambiental, de preparação para emergências para todos os Integrantes, sendo os mesmos alargados às empresas parceiras.

INCENTIVO À PRODUTIVIDADE, CRIATIVIDADE E REPLICAÇÃO DE CONHECIMENTO

As equipas da Organização são incentivadas para o exercício da crescente produtividade, criatividade e replicação dos conhecimentos adquiridos nos seus ambientes de trabalho. Neste âmbito, os Integrantes da BPC desenvolveram 3 projectos para o “Prémio Destaque /2010”, nas seguintes categorias:

- Relações com as Comunidades;
- Saúde e segurança no Trabalho;
- Jovem Parceiro /Produtividade Reutilização de Conhecimentos .

DESTAQUES CULTURAIS

CP/REFER

No quadro das iniciativas da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, a BPC, os Conselhos de Administração da CP e da REFER, conscientes da responsabilidade social e cultural destas duas empresas, no contexto dos 100 anos de Regime Republicano, decidiram associar-se à efeméride de 05 de Outubro de 2010 promovendo uma exposição evocativa e a edição do livro “1910-2010 – O caminho-de-ferro em Portugal”.

“Arquitectura em terra – do barro se molda o Homem”

A convite da Associação de Defesa do Património de Mértola, associámo-nos a este projecto que tem como principais objectivos:

- Promover a arquitectura em terra como tipologia construtiva ecológica, energeticamente eficiente e identificativa do meio rural da população em geral;
- Promover a arquitectura em terra como técnica construtiva válida, ambientalmente consciente e como factor de desenvolvimento junto dos principais responsáveis na construção civil – arquitectos e engenheiros;
- Promover a preservação do saber-fazer ancestral relativo à arquitectura em terra.

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES, CENTROS DE FORMAÇÃO E PESQUISA E ASSOCIAÇÕES

Universidades

- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- Faculdade de Engenharia do Porto
- Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade do Algarve

No âmbito das parcerias com universidades, salientamos a continuidade do “Programa Jovens Parceiros”, iniciado em 1991, que se traduz pelo regular recrutamento de Jovens Licenciados, junto das referidas instituições de ensino.

Instituto Superior Técnico, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em parceria com MIT – Massachusetts Institute of Technology

A BPC apoia, através de patrocínio, o Programa do MIT Portugal – Mestrado em “Sistemas Complexos de Infra-estruturas em Transportes”, que decorre no Instituto Superior Técnico de Lisboa e cujo objectivo é preparar jovens estudantes, talentosos e ambiciosos de todo o mundo, para uma posição chave no desenvolvimento de projectos de engenharia e permitir o contacto entre esses estudantes e as melhores empresas.

Instituto Superior Técnico / FUNDEC

A BPC, na qualidade de associado fundador, participa neste projecto influenciando as acções de formação contínua, no âmbito da engenharia civil, e dinamizando essas actividades nos domínios que se considerem prioritários, para dar resposta às necessidades de cada sector de actividade económica, em que a engenharia civil desempenhe um papel importante.

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra / ITeCons

Na qualidade de sócio fundador, a BPC associou-se, no início de 2006, ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra para a criação do Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – ITeCons. O Instituto actua na área da investigação e da

transferência de tecnologia em Ciências da Construção, contribui para o desenvolvimento sustentável nas vertentes económica, social e ambiental, e promove a pesquisa aplicada em áreas temáticas inovadoras e de interesse comum à indústria, à universidade e à sociedade em geral.

EPIS – “Empresários pela Inclusão Social”

Associados da fundação “EPIS – Empresários Pela Inclusão Social”, desde 2006, numa iniciativa promovida por Sua Exa. o Presidente da República de Portugal, com o objectivo de combater o abandono, o insucesso escolar e promover o empreendedorismo. Este programa tem por base uma metodologia de capacitação dos jovens e suas famílias, trabalhada e desenvolvida por uma rede de mediadores profissionais, e editada em dois manuais em parceria com a Texto Editora.

Terminou no verão 2010 o projecto-piloto “Novos bons alunos - Mediadores para o sucesso escolar”, que a EPIS lançou em Setembro de 2007, em parceria com o Ministério da Educação e 10 concelhos – no Norte, Paredes, Matosinhos, e Resende; no Centro, Santarém, Vila Franca de Xira, Odivelas, Amadora e Setúbal; no Sul, Aljezur e Tavira. Este projecto criou uma rede de cerca de 70 mediadores, que trabalharam nas 88 escolas com 3.º Ciclo.

- Em 2007/2008 foram analisados cerca de 20.000 alunos, tendo sido seleccionados e acompanhados 5.812 jovens com risco escolar.

- Em 2008/2009, a taxa de sucesso escolar dos 5.812 alunos EPIS aumentou 22%, tendo passado de 63% para 77%. Este resultado traduziu-se em 879 novos bons alunos EPIS. No final ano lectivo referido, 1.583 alunos terminaram com sucesso o 9.º ano de escolaridade e 825 foram transferidos para outras escolas, pelo que a carteira-piloto inicial passou para 3.404 alunos.

- Em 2009/2010, a taxa de sucesso escolar dos 3.404 alunos que a EPIS continuou a acompanhar aumentou 5%, tendo passado de 73% para 77%. Esta taxa era de 58% em 2008, pelo que se registou um aumento de 33% em dois anos. Neste último ano, a EPIS ajudou a criar mais 195 novos bons alunos que, somados aos 879 do ano anterior, perfazem um total de 1.074 novos bons alunos em dois anos.

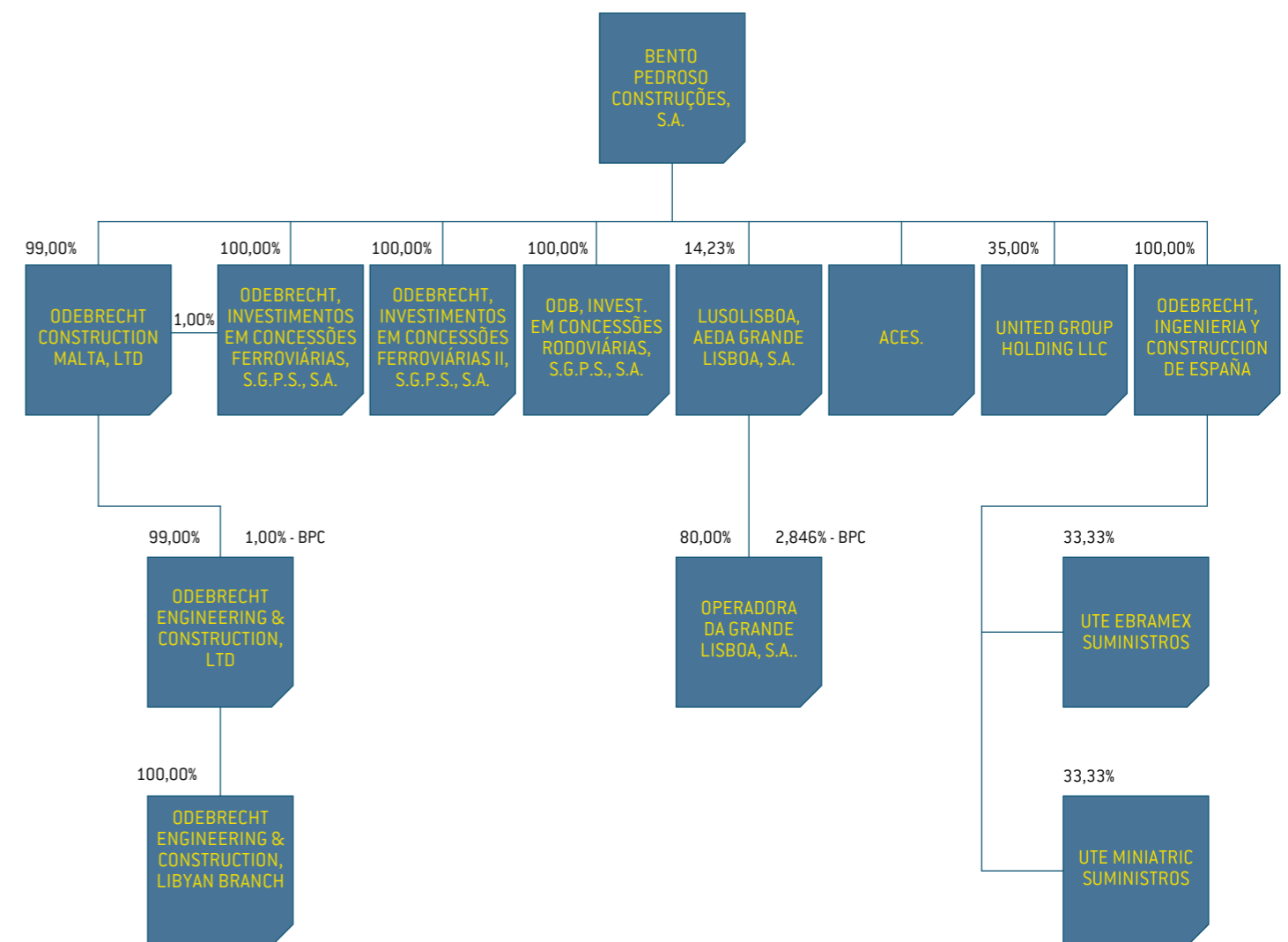
- No 1.º período de 2010/2011, a zona de aprovação teve mais um impacto positivo de 20,0 pontos percentuais, o que significa mais 205 “novos bons alunos” que transitaram para a zona de aprovação. Neste período, ficou também reflectido um aumento da qualidade das notas dos alunos EPIS, ficando reflectido o aumento das notas de classe 4 e 5, em 4,8 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais, respectivamente.

Aprender a Empreender (AaE)

Parceira da Associação “Aprender a Empreender”, que tem como objectivo o desenvolvimento e implementação de programas de educação económica de jovens através de uma actuação integrada dos sectores empresarial e educativo.

Neste programa participaram activamente 6 integrantes da BPC, desenvolvendo este projecto nas escolas no ano lectivo de 2010/2011, abrangendo um total de 150 crianças.

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010



Agrupamentos Complementares de Empresas

Participação Directa

- Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia Construções, ACE	50,00%
- BPC, CBPO, Somague, Profabril, Kaiser e ACER, ACE	49,75%
- Obras Civas, L.N. 2.1. ACE	40,00%
- Somague, BPC, Engil, SPIE - S.B.E.S. - Prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano, ACE	26,32%
- Somague – Bento Pedroso – Necso – Dragados, ACE	25,00%
- Conbate, ACE	17,50%
- Norace – Construtoras das Auto-estradas do Norte, ACE	17,34%
- Lusitânia – Construtoras das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, ACE	17,25%
- Portuscale – Construtoras das Auto-estradas do Grande Porto, ACE	17,25%
- Vianor – Construtoras das Auto-estradas da Costa de Prata, ACE	17,25%
- LGV – Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE	17,25%
- TACE – Construção da Travessia Rodoviária do Tejo, ACE	16,67%
- Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	14,34%

INVESTIMENTOS

Investimentos Financeiros

O Grupo BPC realizou um total de 72 mil de euros de investimentos nestas sociedades no exercício de 2010. No último quinquénio, foi investido o montante de 21.3 milhões de euros.

Investimentos na Conquista de Projectos Especiais

Os gastos com o desenvolvimento de novos mercados e a preparação de pré-qualificação e apresentação de propostas para concursos, nomeadamente os encargos com os estudos técnicos dos projectos, documentação, pareceres e gastos administrativos, foi de 3.7 milhões de euros. No último quinquénio o montante destes gastos atingiu o valor acumulado de 28.2 milhões de euros.

4- ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores Básicos

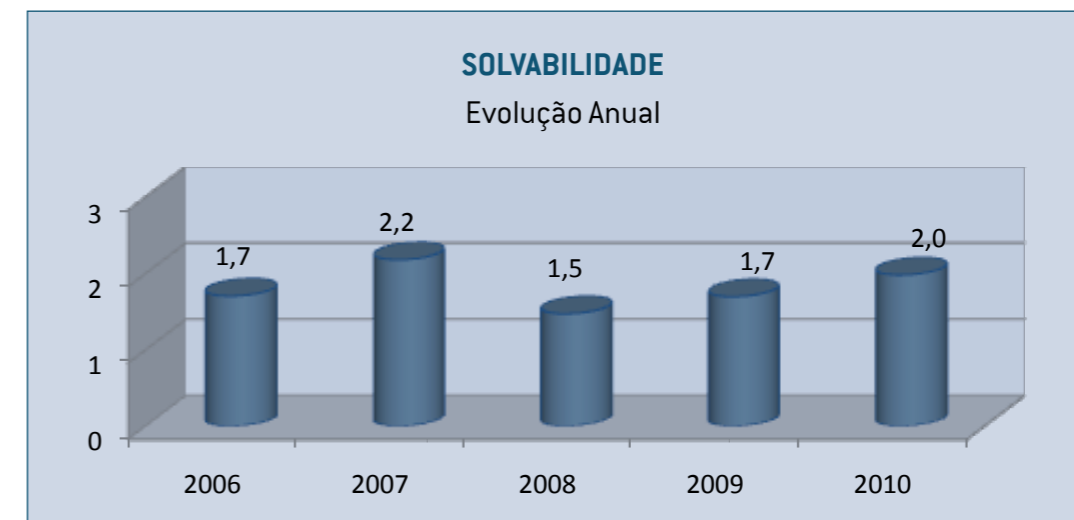
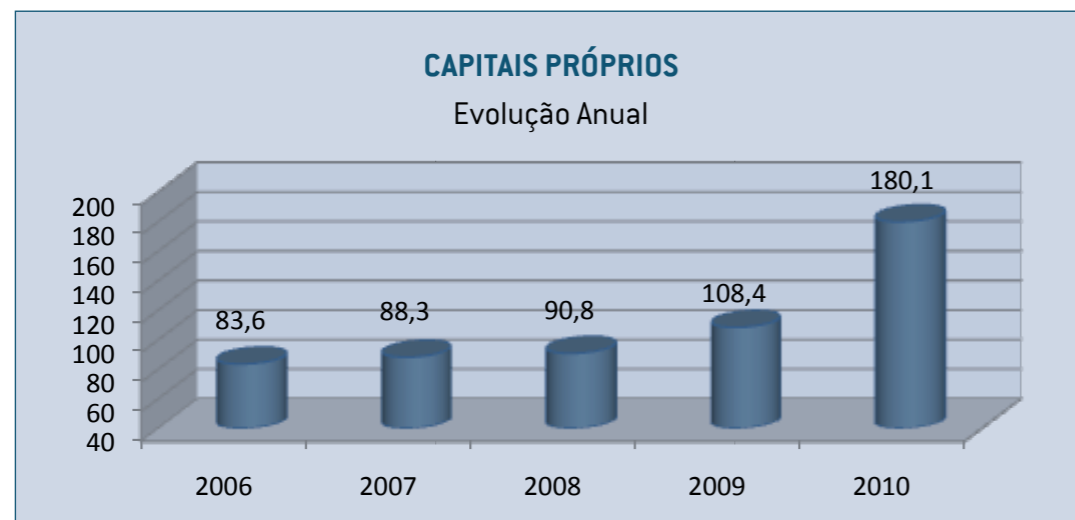
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
1. Estrutura Financeira					
Fundo de Manuseio <i>(milhares de Euros)</i>	57.799	63.472	60.299	68.850	177.587
Liquidez Geral	1,6	2,3	1,4	1,6	2,3
Capitais Próprios <i>(milhares de Euros)</i>	83.609	88.274	90.849	108.437	180.062
Crescimento dos Capitais Próprios	29,3%	5,6%	2,9%	19,4%	66,1%
Autonomia Financeira	41,3%	54,1%	32,1%	41,0%	49,5%
Solvabilidade	1,70	2,18	1,47	1,69	1,98
Autofinanciamento Capitais Permanentes	76,7%	77,6%	75,0%	77,4%	79,3%
2. Actividade					
Volume de Negócios <i>(milhares de Euros)</i>	221.319	75.196	163.880	232.801	133.610
3. Rentabilidade <i>(milhares de Euros)</i>					
Resultados Líquidos	22.764	6.151	5.108	20.092	71.529
Autofinanciamento Bruto	24.408	6.883	5.999	17.889	77.414
Meios Libertos Totais	32.088	9.062	10.986	20.165	79.537
EBITDA	32.089	2.520	2.095	17.249	-20.090
4. Produtividade <i>(milhares de Euros)</i>					
VAB - Valor Acrescentado Bruto	58.121	25.205	48.169	83.768	129.227
Produtividade do Trabalho - restrito	155	87	50	29	49
Produtividade do Trabalho - amplo	589	260	171	79	51

ANÁLISE SUMÁRIA

Estrutura Financeira

A análise dos indicadores apresentados no quadro anterior permite-nos constatar que a BPC mantém uma situação económico-financeira sólida e estável.

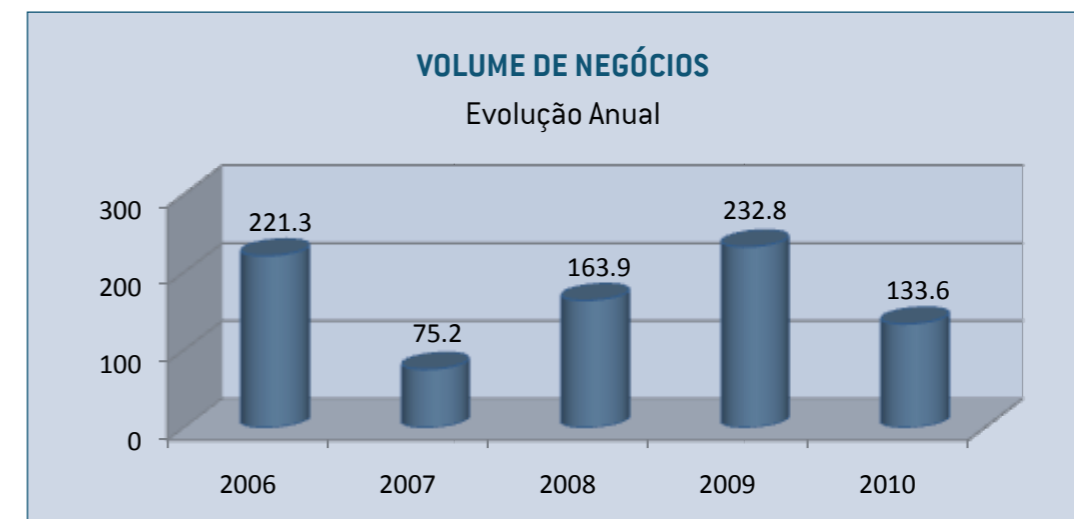
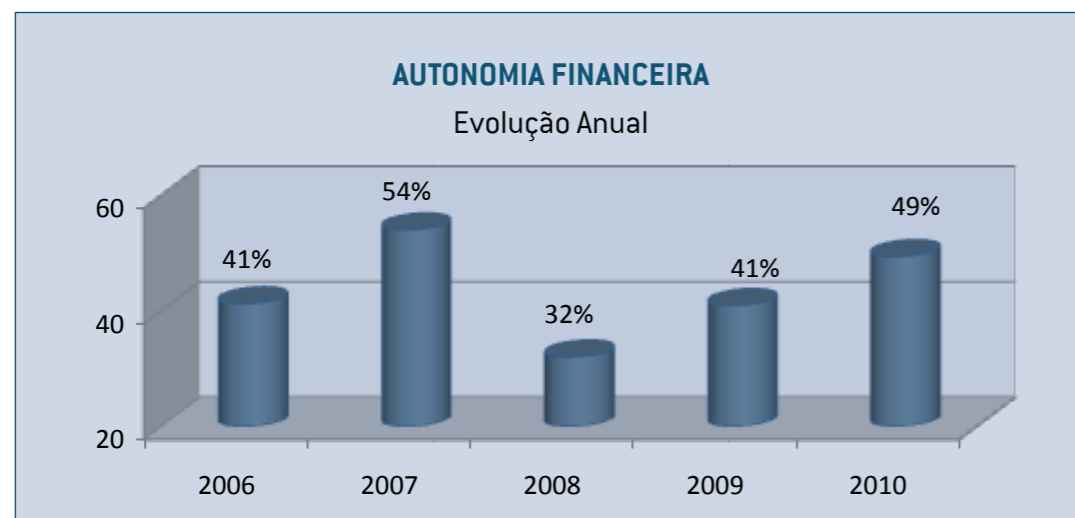
Os Capitais Próprios registaram um acréscimo de 66,1%, passando de 108.4 milhões de euros em 2009, para 180.1 milhões de euros, em 2010. O quadro seguinte demonstra a evolução verificada no quinquénio:



Actividade

O valor dos trabalhos realizados em 2010 atingiu 133.6 milhões de euros. Esta redução fundamenta-se na, já referida, diminuição de concursos nos últimos exercícios.

Os Indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade mantêm-se em níveis adequados e bem acima dos valores de referência para o sector da construção e engenharia civil.

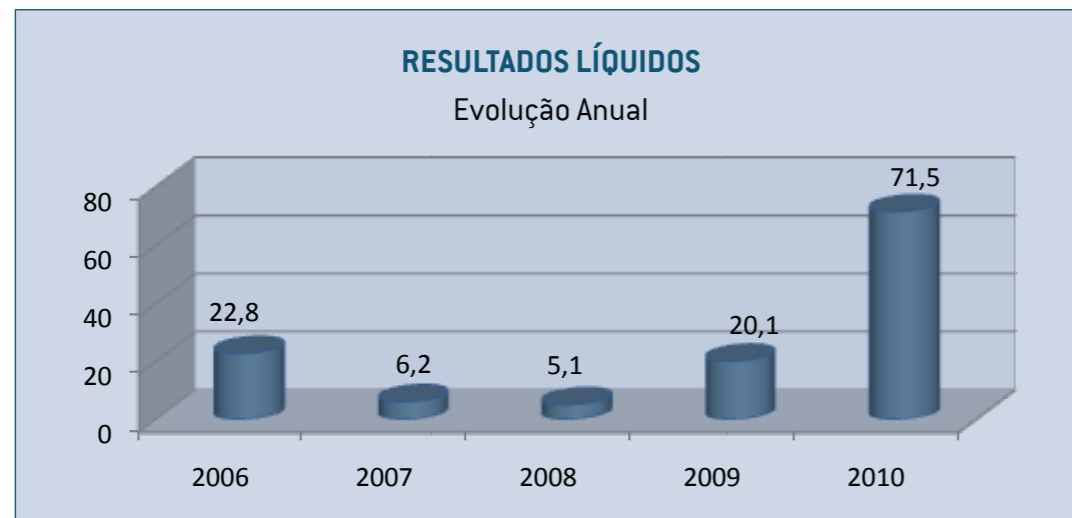


Rentabilidade

Apesar da diminuição do volume de negócios, o Grupo BPC teve um comportamento económico-financeiro muito apreciável, representado pelo reforço da sua solidez financeira e pelo equilíbrio das suas contas. Os resultados líquidos do exercício atingiram 71.5 milhões de euros.

Com a alienação das participações financeiras que a OIP detinha, a Bento Pedroso Construções, S.A., sócio único da OIP decidiu dissolver a Sociedade, com efeitos a 28 de Dezembro de 2010, pois não havia razões para manter a OIP em atividade, dando-se assim seguimento à tendência de consolidação da actividade do Grupo Odebrecht em Portugal na Bento Pedroso Construções, S.A.

Apresenta-se a seguir o gráfico relativo à evolução dos Resultados Líquidos no quinquénio 2006 – 2010:



Produtividade

Os Indicadores de Produtividade apresentam a seguinte evolução:

O valor acrescentado bruto (VAB), em 2010, teve um crescimento de 54,7% em relação ao ano de 2009.

A Produtividade do Trabalho, em sentido restrito, cresceu 73,16% em relação a 2009, passando de 29 para 49 milhares de euros em 2010.

Política de cobertura de risco

No âmbito da gestão operacional da sua actividade, a BPC contratou vários financiamentos a taxa de juro variável, com várias entidades bancárias, e utiliza contratos de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros a pagar até 2013. A BPC pretende assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

5- PERSPECTIVAS

O ano de 2011 apresenta-se com muitos desafios e oportunidades. A crise económica que se abateu sobre alguns países da Comunidade Europeia e em particular Portugal, resultará certamente na diminuição de novas obras públicas. Por outro lado, nesse contexto, estaremos atentos aos novos desafios que se apresentarão dentro do esforço que o País terá que fazer para se adequar ao novo cenário macro económico. Da mesma forma, estará nas nossas prioridades a busca de novas oportunidades no continente Africano.

O Programa Nacional de Barragens, no qual o Grupo BPC já participa ativamente pelo seu envolvimento na construção do Projeto Baixo Sabor, continua a constar da lista de prioridades de obras públicas do Estado Português, e será um de nossos focos de atenção em termos de futuras conquistas tendo já sido formalizadas parcerias para o efeito. Outro foco será o início da mobilização para a construção da ligação ferroviária de Alta Velocidade Lisboa Madrid.

No mercado externo, daremos continuidade ao contrato de construção do novo Terminal do Aeroporto Internacional de Trípoli logo que as condições o permitam. Adicionalmente, reforçaremos o aproveitamento de sinergias existentes para a nossa atuação no continente Africano.

Continuaremos a privilegiar o desenvolvimento de alianças estratégicas com congéneres nacionais e estrangeiras quando assim se fizer necessário por agregação de competências. As associações até aqui concretizadas têm-se provado positivas, tanto pelas complementaridades e sinergias, como pelos resultados obtidos. As alianças são, na realidade, um factor de potenciação das capacidades dos parceiros aliados, resultando daí vantagens competitivas e valor agregado muito interessantes.

Enfim, seguiremos apoiando os nossos clientes na busca de soluções, para enfrentar as adversidades que se apresentem, mantendo o foco no desenvolvimento de pessoas que é, e será sempre a base para o nosso crescimento sustentável.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se grato reconhecer a decisiva participação dos nossos Integrantes, a todos os níveis, para o engrandecimento da Empresa.

Reiteramos, também, os nossos agradecimentos aos Clientes, Autoridades, Instituições Financeiras, Seguradoras, Fornecedores e Subempreiteiros, que em todos os momentos nos deram o seu apoio e confiança.

Paço de Arcos, 13 de Abril de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Miguel Ângelo Bassi Peres (Presidente)

Gilberto Vidal Ramos Costa (Administrador)

Joaquim Basílio Pereira Simão (Administrador)

José Joaquim Ferreira Martins (Administrador)

Luis Alexandre Serafim Cecilio (Administrador)

Tiago Marques Ferreira de Matos (Administrador)

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.



BALANÇO E CONTAS

2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Nota	31 de Dezembro	
		2010	2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	27.286	12.999
Activos intangíveis	7	7	9
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	3.998	4.126
Participações financeiras - outros métodos	9	10.730	52.755
Activos por impostos diferidos	10	7.429	1.346
		49.450	71.235
Corrente			
Inventários	11	3.008	168
Clientes	12	67.915	114.221
Adiantamentos a fornecedores	23	9.358	4.218
Estado e outros entes públicos	13	1.186	1.501
Accionistas / sócios	14	148.133	-
Outras contas a receber	15	47.341	27.470
Diferimentos	16	501	658
Caixa e depósitos bancários	4	37.026	45.022
		314.468	193.258
Total do activo		363.918	264.493
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	17	37.000	37.000
Reservas legais	18	5.332	4.225
Outras reservas	18	(252)	(274)
Resultados transitados		66.333	47.348
Outras variações no capital próprio	19	120	46
		108.533	88.345
Resultado líquido do período		71.529	20.092
		180.062	108.437
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		180.062	108.437
Passivo			
Não corrente			
Provisões	20	5.884	2.841
Financiamentos obtidos	21	13.484	1.367
Adiantamentos de clientes	12	25.803	25.803
Passivos por impostos diferidos	10	412	515
Fornecedores	23	998	686
Outros passivos financeiros	22	394	436
		46.975	31.648

	Nota	31 de Dezembro	
		2010	2009
Corrente			
Fornecedores	23	53.849	53.588
Adiantamentos de clientes	12	447	21.798
Estado e outros entes públicos	13	1.180	834
Financiamentos obtidos	21	26.886	18.664
Outras contas a pagar	24	26.252	23.793
Diferimentos	16	26.403	3.652
Outros passivos financeiros	22	1.864	2.079
		136.881	124.408
Total do passivo		183.856	156.056
Total do capital próprio e do passivo		363.918	264.493

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

	Nota	Exercício	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	25	133.610	232.801
Ganhos/perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	26	(59)	(678)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(12.221)	(25.245)
Fornecimentos e serviços externos	28	(92.477)	(129.192)
Gastos com pessoal	29	(49.971)	(58.675)
Provisões (aumentos/reduções)	20/30	(3.062)	(3.628)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos e ganhos	31	99.578	3.115
Outros gastos e perdas	32	(5.628)	(4.609)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		69.770	21.145
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(2.823)	(1.425)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		66.947	19.720
Juros e rendimentos similares obtidos	33	796	2.967
Juros e gastos similares suportados	33	(2.123)	(2.276)
Resultados antes de impostos		65.620	20.411
Imposto sobre o rendimento do período	34	5.909	(319)
Resultado líquido do exercício		71.529	20.092
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultados líquido atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		71.529	20.092
Interesses minoritários		-	-
		71.529	20.092
Resultado por acção:			
- básico		9,67 €	2,72 €

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Nota	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2009		37.000	3.970	-	44.705	66	5.108	90.849
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2.4	-	-	(264)	(2.210)	-	-	(2.474)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4	-	-	-	4
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(14)	-	(20)	-	(34)
		-	-	(274)	(2.210)	(20)	-	(2.504)
Resultados líquido do período							20.092	20.092
Resultado integral		37.000	3.970	(274)	42.495	46	25.200	108.437
Operações com detentores de capital no período								
Outras alterações - aplicação de resultado		-	255	-	4.853	-	(5.108)	-
		-	255	-	4.853	-	(5.108)	-
A 31 de Dezembro de 2009		37.000	4.225	(274)	47.348	46	20.092	108.437
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos				(8)				(8)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				30		74		104
		-	-	22	-	74	-	96
Resultados líquido do período							71.529	71.529
Resultado integral		37.000	4.225	(252)	47.348	120	91.621	180.062
Operações com detentores de capital no período								
Outras alterações - aplicação de resultado		-	1.107	-	18.985	-	(20.092)	-
		-	1.107	-	18.985	-	(20.092)	-
A 31 de Dezembro de 2010		37.000	5.332	(252)	66.333	120	71.529	180.062

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exercício findo em 31 de Dezembro		
	2010	2009	
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	154.984	203.223	
Pagamentos a fornecedores	(114.903)	(162.872)	
Pagamentos ao pessoal	(49.593)	(54.753)	
Caixa gerada pelas operações		(14.402)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(200)	482	
Outros recebimentos/pagamentos	12.492	(517)	
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	2.780	(14.437)	
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	(2.166)	(2.719)	
Investimentos financeiros	(122)	(5.439)	
Depósitos a prazo	-	(45.300)	
Empréstimos a empresas do grupo	(147.916)	-	
Empréstimos a empresas participadas e participantes	-	(38)	
	(150.204)	(53.496)	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	1.531	74	
Investimentos financeiros	127.175	2.563	
Outras aplicações de tesouraria	-	41.125	
Depósitos a prazo	-	70.300	
Empréstimos a empresas participadas e participantes		534	
Juros e rendimentos similares	160	3.263	
Dividendos	8.119	1.479	
	136.985	119.338	
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	-13.219	65.842	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	91.555	581.070	
	91.555	581.070	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	(83.055)	(604.522)	
Juros e gastos a similares	(2.362)	(1.771)	
Amortização de contratos de Locação Financeira	(3.695)	(345)	
	(89.112)	(606.638)	
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	2.443	(25.568)	
Varição de caixa e seus equivalentes	(7.996)	25.837	
Caixa e seus equivalentes no início do período	45.022	19.185	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	37.026	45.022	
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	4	91	85
Depósitos bancários	4	36.935	44.937
	37.026	45.022	

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Manuel Mendes Ferraz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Miguel Ângelo Bassi Peres (Presidente)

Gilberto Vidal Ramos Costa (Administrador)

Joaquim Basílio Pereira Simão (Administrador)

José Joaquim Ferreira Martins (Administrador)

Luis Alexandre Serafim Cecilio (Administrador)

Tiago Marques Ferreira de Matos (Administrador)

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

1- INTRODUÇÃO

A Sociedade foi constituída por escritura pública de 26 de Maio de 1953 com a denominação de José Bento Pedroso & Filhos, Lda. Em meados de 1988 o controle da Sociedade foi assumido pelo Grupo Odebrecht, e no final de 1989 foi transformada em sociedade anónima, passando a usar a denominação de Bento Pedroso Construções, SA. A Sociedade tem sede na Rua Quinta da Quintã, Edifício D. João I, nº 4, Piso 1 – B, 2770 – 203 Paço de Arcos e a sua actividade consiste na execução de empreitadas de obras públicas e particulares, bem como no fornecimento de bens e serviços conexos com aquela actividade, e ainda na importação, exportação, administração e locação de todo o tipo de equipamento industrial. Desde 1993 que a Sociedade vem participando em Agrupamentos Complementares de Empresas – ACE`s (ver Nota 37 – b. ii).

A Sociedade é detida pelo Grupo Odebrecht através da Sociedade - Odebrecht Services GmbH, com sede em Vienna, Austria.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de Abril de 2011. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Bento Pedroso Construções, SA bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Este constitui o primeiro relato financeiro da Bento Pedroso Construções, SA preparado de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) em vigor em 31 de Dezembro de 2010. As demonstrações financeiras da Bento Pedroso Construções, SA até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas para o SNC, o Conselho de Administração alterou alguns dos critérios de

contabilização e valorização aplicados nas demonstrações financeiras de 2010, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as “NCRF”. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o “SNC” no capital próprio, resultado do período e fluxos de caixa são apresentados na Nota 2.4 abaixo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excepto quanto à mensuração:

- (i) dos financiamentos obtidos, valorizados ao custo amortizado (ver notas 3.5 e 3.11);
- (ii) dos instrumentos financeiros derivados, valorizados ao justo valor (ver nota 3.6).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Bento Pedroso Construções, SA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A Bento Pedroso Construções, SA adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a Bento Pedroso Construções, SA preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF.

RECONCILIAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O SNC

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios consolidados:

- Reconciliação do Capital Próprio

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras consolidadas decorrente da conversão para o SNC. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos na rubrica de reserva – reservas de cobertura e de resultados transitados – reserva de transição como segue:

	Ajustamentos	31.12.09	01.01.09
Capital próprio POC		111.786	90.849
Ajustamentos por reserva cobertura:			
<i>Justo valor</i> dos contratos de swap de cobertura	1	(373)	(359)
Impostos diferidos	2	99	95
Total		(274)	(264)
Ajustamentos por resultados transitados:			
<i>Justo valor</i> dos contratos de swap de cobertura não eficaz	3	(63)	(3)
<i>Justo valor</i> dos contratos de swap de negociação	4	(2.079)	(1.643)
Distribuição de resultados a empregados	5	(1.500)	(1.000)
Total		(3.642)	(2.646)
Imposto diferido	6	567	436
Total		(3.075)	(2.210)
Total dos ajustamentos		(3.349)	(2.474)
Capital próprio SNC		108.437	88.375

- Reconciliação do Resultado Líquido

Para o exercício de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o SNC originou um impacto nos resultados líquidos consolidados conforme segue:

	Ajustamentos	31.12.09
Capital Líquido POC		22.144
<i>Justo valor</i> dos contratos de swap de cobertura não eficaz	3	(60)
<i>Justo valor</i> dos contratos de swap de negociação	4	(436)
Distribuição de resultados a empregados	5	(1.500)
Ajustamento Equivalência Patrimonial - OIP	7	(187)
Sub-total		(2.183)
Imposto diferido	6	131
Total dos ajustamentos		(2.052)
Resultado líquido SNC		20.092

- Alterações à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

As alterações à demonstração consolidada dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

- Detalhe dos Ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamento 1 – A Empresa para efeitos das contas POC não reconhecia o justo valor dos instrumentos financeiros contratados (contratos de permuta de taxa de juro variável por taxa de juro fixa “swap”). Com a introdução do SNC, os instrumentos financeiros de cobertura passaram a ser relevados nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor (ver Nota 3.6). O impacto deste ajustamento, foi registado directamente em capital, excepto quanto aos valores de ineficácia de cobertura (ver ajustamento 3).

Ajustamento 2 – Este ajustamento resulta do impacto fiscal do ajustamento 1 acima, calculado com base numa taxa de imposto de 26,5%.

Ajustamento 3 – Este ajustamento corresponde ao registo em resultados da parte do justo valor do instrumento financeiro de cobertura que resulta de ineficácia de cobertura (ver ajustamento 1).

Ajustamento 4 – A Empresa para efeitos das contas POC não reconhecia o justo valor dos instrumentos financeiros contratados (contratos de permuta de taxa de juro variável por taxa de juro fixa “swap”). Com a introdução do SNC, também os instrumentos financeiros de negociação passaram a ser relevados nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor (ver Nota 3.6).

Ajustamento 5 – A distribuição de resultados aos empregados (gratificação de balanço) pagáveis dentro dos doze meses do final do período de relato, eram para efeitos das contas POC, reconhecidos apenas na data da distribuição. Com a introdução do SNC estes prémios passaram a ser reconhecidos como um passivo na data de relato das demonstrações financeiras.

Ajustamento 6 – Este ajustamento resulta do impacto fiscal dos ajustamentos 3 e 4 acima, calculados com base numa taxa de imposto de 26,5%.

Ajustamento 7 – Impacto do ajustamento da equivalência patrimonial da OIP referente à correcção por distribuição de resultados aos empregados (gratificação de balanço) que originou uma redução dos resultados do exercício de 2009 em 187 milhares de euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. CONSOLIDAÇÃO

3.1.1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Bento Pedroso Construções, SA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Bento Pedroso Construções, SA detém sobre uma entidade.

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

A aquisição de filiais é registada pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Bento Pedroso Construções, SA nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados consolidados.

Transacções, saldos e ganhos não realizados em transacções com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o activo transferido.

A Bento Pedroso Construções, SA adopta a política de tratar transacções com interesses minoritários como transacções externas ao Grupo. Prejuízos atribuíveis a interesses minoritários que excedam a participação destes no capital da empresa subsidiária são integralmente reconhecidos pela Bento Pedroso Construções, SA, exceptuando-se o caso em que os minoritários tenham assumido obrigações adicionais sobre a subsidiária.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos, exceptuando-se o caso em que os interesses minoritários tenham assumido obrigações adicionais sobre a subsidiária. Quando os prejuízos sejam assumidos pelo Grupo, os lucros atribuídos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuíveis a interesses minoritários, anteriormente absorvidas pelo Grupo, sejam recuperadas.

As políticas contabilísticas das filiais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 37-a).

3.1.2. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - ASSOCIADAS

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre o Grupo e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento do Grupo em Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados consolidados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o Grupo reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das “associadas” são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na Nota 37-b).

3.1.3. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade conjuntamente controlada na data de aquisição é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

As entidades que se qualificam como Entidades conjuntamente controladas encontram-se listadas na Nota 37 b).

3.1.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Os investimentos em participações financeiras nas quais a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto em Assembleia Geral e Accionista/Sócios e/ou não detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, são apresentadas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável), quando não for possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

As perdas por imparidade nos investimentos financeiros são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Investimentos não depreciáveis”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Os rendimentos resultantes destas participações financeiras são registados na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “outros rendimentos e ganhos” no período em que é aprovada e anunciada a sua distribuição.

3.2. CONVERSÃO CAMBIAL

3.2.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a Empresa opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras consolidadas da Bento Pedroso Construções, SA e respectivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Empresa.

3.2.2. TRANSAÇÕES E SALDOS

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.3. COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

Moeda	2010	2009
USD	1,3362	1,4406
AED	4,8664	5,2632

3.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2008 encontram-se registados ao seu custo considerado ("deemed cost") conforme determinado à data da transição para o SNC, correspondendo ao valor contabilístico do normativo POC.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, se aplicável. O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os activos fixos tangíveis em curso correspondem activos fixos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos valorizados pelos custos de aquisição/construção incorridos até à data.

As depreciações são reconhecidas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo, o desgaste natural esperado, a sujeição a uma previsível obsolescência técnica e o valor residual atribuível ao activo. O valor residual atribuível ao activo é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa, de activos semelhantes que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 a 20 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Ferramentas	3 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos tangíveis	3 a 14 anos

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando inferior ao valor líquido contabilístico é registada a perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

3.4. LOCAÇÕES

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.5. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Activos financeiros

Os activos financeiros existentes a esta data no Grupo correspondem a contas a receber (clientes e outros devedores), financiamentos concedidos e são classificados/mensurados ao custo ou custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a NCRF 27 – instrumentos financeiros.

A empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros existentes a esta data no Grupo são registados ao custo ou custo amortizado e correspondem a financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), de acordo com a NCRF 27.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando as obrigações estabelecidas no contrato sejam liquidadas, canceladas ou expirem.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em cotações de mercado. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através de modelos de valorização do método de fluxos de caixa descontados, e pressupostos considerados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, os requisitos definidos na NCRF 27, nomeadamente:

(i) desde a data do seu início, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

(ii) existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data do seu início e ao longo da sua vida;

(iii) a eficácia da relação de cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data do seu início e ao longo da sua vida da operação;

(iv) nas operações de cobertura de transacções futuras, deve ser demonstrado que a ocorrência das referidas transacções futuras cobertas é altamente provável.

Cobertura de fluxos de caixa

Os montantes eficazes das variações de justo valor dos derivados designados, e que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidos em reservas de cobertura. Os ganhos ou perdas relacionados com o montante ineficaz são reconhecidos de imediato na demonstração de resultados.

Os montantes acumulados em reservas de cobertura, são posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados nos mesmos períodos em que o instrumento coberto afecta a demonstração de resultados. Os ganhos ou perdas relativos ao valor de swaps de taxa de juro, que visam cobrir empréstimos de taxa variável, são reconhecidas na demonstração de resultados como Gastos ou Rendimentos financeiros.

Quando um instrumento de cobertura atinge a sua maturidade, quando é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir com os requisitos de cobertura definidos na NCRF 27, qualquer ganho ou perda acumulado registado em reservas de cobertura permanecerá registado dessa forma, sendo reconhecido na demonstração de resultados quando a transacção prevista ocorrer. Quando a ocorrência da transacção prevista deixar de ser provável, o ganho ou perda acumulado registado em reservas de cobertura é transferido de imediato para a demonstração de resultados, como gasto ou rendimento.

3.7. INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se essencialmente aos materiais adquiridos pelo Grupo e ainda não utilizados em obra. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo do consumo destes materiais é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor recuperável. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. CAPITAL SOCIAL

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

O capital realizado, apresentado no balanço, corresponde ao total do capital emitido deduzido da parte subscrita mas ainda não realizada.

3.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Sociedade, desde 01 de Janeiro de 2008, está sujeita ao regime de tributação de grupos de sociedades liderado pela Bento Pedroso Construções, S.A. O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa incluída no Grupo de sociedades fiscal com base na sua situação fiscal individual. O eventual ganho ou perda decorrente do regime de tributação de grupos é reconhecido na íntegra pela Bento Pedroso Construções, S.A.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base no método da responsabilidade do balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.13. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As participações nos lucros e gratificações aos empregados quando resultem da prestação de serviço e sejam pagas dentro dos doze meses seguintes ao final das demonstrações financeiras são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Grupo (i) assume uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) existe uma elevada probabilidade que no futuro seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e (iii) o montante a despendar possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é, determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando o Grupo é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

3.15. COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSACÇÕES

Os activos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.16. IMPARIDADE

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.17. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. RÉDITO

O rédito é registado pelo justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da actividade da empresa. Os réditos são apresentados líquidos de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de gastos e rédito em obras em curso.

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos réditos estimados e os valores facturados são contabilizadas nas sub-rubricas produção não facturada ou facturação antecipada, incluídas nas rubricas outras contas a receber e outras contas a pagar.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras (período compreendido entre a data de conclusão da obra e a sua recepção definitiva), o Grupo reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada com base numa análise específica efectuada pelos responsáveis técnicos, por cada obra, competentes para o efeito, os quais tem em linha de conta os custos que serão necessários incorrer durante o período de garantia das obras até à recepção do auto de entrega definitivo, sendo estes custos reconhecidos proporcionalmente à respectiva percentagem de acabamento à data de balanço e evidenciados numa rubrica de provisões.

Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os réditos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período, por contrapartida de uma provisão.

b) O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação continua de um serviço.

3.19. CUSTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os custos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho da proposta não ser controlável.

3.20. MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de imobilizações tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de outros proveitos operacionais e outros custos operacionais.

3.21. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos accionistas da empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras individuais. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais, se materiais.

3.23. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Bento Pedroso Construções, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- Reconhecimento do rédito em obras em curso;
- Provisões para custos a incorrer durante o período de garantia das obras;
- Vidas úteis dos activos tangíveis.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2010	2009
Caixa	91	85
Depósitos bancários	36.935	44.937
Caixa e equivalentes de caixa	37.026	45.022

A Sociedade não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	2010	2009
Numerário		
- Caixa	91	85
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7.135	8.648
- Depósitos a prazo	29.800	36.289
- Outros depósitos		
	36.935	44.937
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	37.026	45.022
Equivalentes de caixa (passivo)		
Caixa e equivalentes de caixa	37.026	45.022

A rubrica outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo prontamente convertíveis em caixa.

5. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

Para além da adopção do novo referencial contabilístico em 2010, tal como referido na Nota 2, não existem outras alterações às políticas contabilísticas, estimativas ou erros apurados em anos anteriores.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2009

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas	Equipamento administrativo	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009								
Custo de aquisição	15	47	8.258	410	133	622	3.204	12.689
Depreciações acumuladas		(36)	(2.164)	(348)	(52)	(447)	-	(3.047)
Valor líquido	15	11	6.094	62	81	175	3.204	9.642
31 de Dezembro de 2009								
Adições		810	1.629		107	318	2.849	5.713
Alienações								-
Transferências e abates	(15)	(1)	(62)		(1)	(115)	(898)	(1.092)
Depreciação - exercício		(61)	(1.136)	(13)	(52)	(158)		(1.420)
Depreciação - alienações								-
Depreciação - transferências e abates		1	42			113		156
Valor líquido	-	760	6.567	49	135	333	5.155	12.999
31 de Dezembro de 2009								
Custo de aquisição	-	856	9.825	410	239	825	5.155	17.310
Depreciações acumuladas	-	(96)	(3.258)	(361)	(104)	(492)	-	-4.311
Valor líquido	-	760	6.567	49	135	333	5.155	12.999

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2010

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas	Equipamento administrativo	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010								
Custo de aquisição	-	856	9.825	410	239	825	5.155	17.310
Depreciações acumuladas	-	(96)	(3.258)	(361)	(104)	(492)	-	(4.311)
Valor líquido	-	760	6.567	49	135	333	5.155	12.999
31 de Dezembro de 2010								
Adições			11.219		5	95	7.354	18.673
Alienações								-
Transferências e abates		(21)	3.228	(7)	(78)	(25)	(4.958)	(1.861)
Depreciação - exercício		(103)	(2.564)		(24)	(127)		(2.818)
Depreciação - alienações								-
Depreciação - transferências e abates		15	225	7	7	39		293
Valor líquido	-	651	18.675	49	45	315	7.551	27.286
31 de Dezembro de 2009								
Custo de aquisição	-	835	24.272	403	166	895	7.551	34.122
Depreciações acumuladas	-	(184)	(5.597)	(354)	(121)	(580)	-	(6.836)
Valor líquido	-	651	18.675	49	45	315	7.551	27.286

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de activos em curso referem-se aos seguintes projectos:

	2010	2009
Pipe - Jacking (a)	1.709	3.179
Instalação da central de britagem (b)	5.842	850
2 Blondis para transporte de betão	-	1.126
	7.551	5.155

(a) A aquisição de um "Pipe – Jacking" que irá ser utilizado por uma empresa do grupo Odebrecht numa obra a decorrer em São Salvador da Bahia, encontrando-se a esta data ainda na fase de instalação / construção.

(b) Aquisição de equipamento através de contrato de locação financeira para a obra do Baixo Sabor. É expectável que este equipamento entre em funcionamento no primeiro trimestre de 2011.

(c) Os valores de 2009, referem-se essencialmente a adiantamentos efectuados no montante 929 milhares de euros, por conta da aquisição através de contrato de locação financeira de 2 Blondis para o ACE Baixo Sabor.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 o valor líquido dos activos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações financeiras	2010	2009
Valor bruto	15.376	2.681
Depreciações acumuladas	(2.421)	(1.417)
	12.955	1.264

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica depreciações do exercício da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das actividades da Empresa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Software
A 1 de Janeiro de 2009	
Custo de aquisição	1.335
Imparidade acumulada	
Amortizações acumuladas	(1.328)
Valor Líquido	7
A 31 de Dezembro de 2009	
Adições	7
Alienações	-
Transferências e abates	(170)
Depreciação - exercício	(5)
Depreciação - alienações	170
Valor Líquido	9

	Software
A 1 de Janeiro de 2010	
Custo de aquisição	1.172
Amortizações acumuladas	(1.163)
Valor Líquido	9
A 31 de Dezembro de 2010	
Adições	3
Alienações	-
Transferências e abates	(2)
Depreciação - exercício	(5)
Depreciação - alienações	2
Valor Líquido	7
A 31 de Dezembro de 2010	
Custo de aquisição	1.173
Amortizações acumuladas	(1.166)
Valor Líquido	7

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Esta rubrica é constituída pelas participações em Agrupamentos Complementares de Empresas, nos quais a Empresa não exerce controlo conjunto conforme definido na nota 37, bem como pela participação em empresas onde é exercida influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o investimento em associadas é como segue:

	2010	2009
Resultados atribuídos - positivos (i)	1.372	1.501
Suprimentos (ii)	2.626	2.626
	3.998	4.127
Resultdos atribuídos- negativos (iii)	(665)	(683)

Os movimentos ocorridos nas Associadas em 2009 e 2010 foram como segue:

(i) Resultados positivos

	1 de Janeiro de 2009	Aquisições	Ganhos/Perdas	Alienações	Outros movimentos	Dividendos recebidos	31 de Dezembro de 2009
United Group Holding LLC	1.160		-230		-19		911
Agrupamentos complementares de empresas							
Lismercado	-	-	2	(2)	-	-	-
Gare Oriente	-	-	35	-	-	(35)	-
Novaponte	-	-	-	-	-	-	0
Alqueva	9	-	0	-	-	-	9
Linha Amarela	59	-	12	-	-	-	71
Norace	302	-	5	-	-	-	307
Portuscale	46	-	74	-	-	-	120
Vianor	40	-	4	-	-	-	44
Tace	363	-	65	-	-	(422)	6
Glace	6	-	(6)	-	-	-	-
Glex	97	-	(97)	-	-	-	-
Conbate	-	-	33	-	-	0	33
Total ACE's	922	-	127	(2)	-	(457)	590
Total	2.082	0	-103	-2	-19	-457	1.501

	1 de Janeiro de 2010	Aquisições	Ganhos/Perdas	Alienações	Outros movimentos	Dividendos recebidos	31 de Dezembro de 2010
United Group Holding LLC	911	-	26	-	74	-	1.011
Agrupamentos complementares de empresas							
Alqueva	9	-	-	-	-	-	9
Linha Amarela	71	-	-	-	-	(71)	-
Norace	307	-	(304)	-	-	-	3
Portuscale	120	-	(81)	-	-	-	39
Vianor	44	-	(44)	-	-	-	-
Tace	6	-	61	-	-	(60)	7
Conbate	33	-	236	-	-	-33	236
LGV	-	-	67	-	-	-	67
Total ACE's	590	-	(65)	-	-	(164)	361
Total	1.501	-	(39)	-	74	(164)	1.372

(ii) Suprimentos

	1 de Janeiro de 2009	Reforço	Recebimentos	31 de Dezembro de 2009
Lismercado	482	-	-482	-
Gare Oriente	52	-	-52	-
Portuscale	1.449	-	-	1.449
Vianor	1.177	-	-	1.177
Total	3.160	-	(534)	2.626

	1 de Janeiro de 2010	Reforço	Transferências	31 de Dezembro de 2010
Portuscale	1.449	-	(1.121)	328
Lusitânia	-	1.811	-	1.811
Vianor	1.177	-	(690)	487
Total	2.626	1.811	(1.811)	2.626

(iii) Resultados negativos

	1 de Janeiro de 2009	Reforço	Reversão	Alienações	Dividendos recebidos	31 de Dezembro de 2009
Lismercado	(39)	-	-	39	-	-
Gare Oriente	(1)	-	-	1	-	-
Novaponte	(6)	(7)	-	-	-	-13
Linha do Norte 2.2	(11)	-	88	-	(77)	-
Lusitânia	(149)	(87)	-	-	-	-236
Glace	-	(395)	-	-	-	-395
Glex	-	(39)	-	-	-	-39
Total	(206)	(528)	88	40	(77)	(683)

	1 de Janeiro de 2010	Reforço	Reversão	Alienações	Resultados recebidos	31 de Dezembro de 2010
Novaponte	(13)	(4)	-	-	-	-17
Vianor	-	(63)	-	-	-	-63
Lusitânia	(236)	(349)	-	-	-	-585
Glace	(395)	-	-	395	-	-
Glex	(39)	2	-	37	-	-
Total	(683)	(414)	-	432	-	(665)

Conforme referido na Nota 3.1 quando a quota-parte das perdas numa associada excede o investimento na referida entidade, a Bento Pedroso Construções, SA reconhece essas perdas através da constituição de uma provisão para perdas em Associadas.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos em várias entidades como segue:

	% detida	2010	2009
AENOR - Auto-Estradas do Norte, S.A. ("AENOR")	13,87%	-	15.590
Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Lusoscut CP")	14,23%	-	5.549
Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Altas, S.A. ("Lusoscut BLA")	14,23%	-	12.143
Lusoscut - Auto-Estrada do Grande Porto, S.A. ("Lusoscut GP")	14,23%	-	8.805
Lusolisboa - Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A. ("Lusolisboa")	14,23%	10.652	10.653
OPERANOR - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S.A. ("OPERANOR")	2,774%	-	1
Operadora Lusoscut - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S.A.	2,846%	-	2
Operadora Lusoscut BLA - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut BLA")	2,846%	-	2
Operadora Lusoscut GP - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut GP")	2,846%	-	4
Operadora GL - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S.A.	2,846%	2	2
AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	7,875%	4	4
Elos - Ligação de Alta Velocidade, S.A.	13,044%	65	-
Elos - Operação e Manutenção, S.A.	13,044%	7	-
Total		10.730	52.755

As empresas acima encontram-se valorizadas ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	Aenor	Lusoscut CP	Lusoscut BLA	Lusoscut GP	Lusolisboa	Operanor	Operadora Lusoscut	Operadora Lusoscut BLA	Operadora Lusoscut GP	Operadora GL	AEBT	ELOS	ELOS OM	Total
1 de Janeiro de 2009	15.590	4.783	12.909	10.602	5.983	1	2	2	4	2	-	-	-	49.878
Aquisições		766			4.670						4			5.440
Diminuições			[766]	[1.797]										[2.563]
Alienações														-
31 de Dezembro de 2009	15.590	5.549	12.143	8.805	10.653	1	2	2	4	2	4	-	-	52.755
1 de Janeiro de 2010	15.590	5.549	12.143	8.805	10.652	1	2	2	4	2	4	-	-	52.754
Aquisições												65	7	72
Alienações	[15.590]	[5.549]	[12.143]	[8.805]		[1]	[2]	[2]	[4]					[42.096]
31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	10.652	-	-	-	-	2	4	65	7	10.730

Durante o ano de 2010, o Grupo através da sua participada OIP, concluiu as negociações para venda dos activos nas concessões rodoviárias detidas em conjunto com o Grupo Ascendi, tendo sido celebrado o respectivo contrato de compra e venda das participações sociais entre a OIP e a Ascendi Group, SGPS, S.A. no dia 13 de Dezembro de 2010. Não havendo razões para manter a OIP em actividade face às vendas mencionadas e dando seguimento à tendência de consolidação da actividade do Grupo Odebrecht em Portugal na Bento Pedroso Construções, S.A., o accionista único decidiu dissolver a OIP, processo esse que foi concluído no dia 28 de Dezembro de 2010.

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Reconhecimento do justo valor do SWAP - cobertura	91	99		0
Registro do "fair value" dos contratos de swap - de negociação	441	551		0
Registro do "fair value" dos contratos de swap - cobertura não eficaz	13	17		0
Anulação do proveito diferido da garantia de obra			370	462
Constituição da provisão para garantia de obra		462		0
Provisões tributadas	408	14		0
Diferença entre valorização das obras em curso para efeitos fiscais e contabilísticos		0	42	53
Outras - Prejuízos fiscais	6.476	204		
	7.429	1.346	412	515

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2010 e 2009 nas rubricas de Activos e passivos por impostos diferidos é como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	1.346	2.453	515	1.429
Efeito em capital:				
Reconhecimento do justo valor do SWAP - cobertura	(8)	4	-	-
	-8	4	-	-
Efeito em resultados:				
Registro do "fair value" dos contratos de swap - de negociação	(110)	116	-	-
Registro do "fair value" dos contratos de swap - cobertura não eficaz	(3)	16	-	-
Anulação do proveito diferido da garantia de obra		-	(92)	(958)
Constituição da provisão para garantia de obra	(462)	(958)		-
Provisões tributada	394	-	-	-
Diferença entre valorização das obras em curso para efeitos fiscais e contabilísticos		(450)	(11)	53
Outras - Prejuízos fiscais	6.273	166		-
Reavaliações - terrenos	-	-		(3)
Mais valias diferidas	-	-		(6)
	6.091	(1.111)	(103)	(914)
Saldo final	7.429	1.346	412	515

Em conformidade com o disposto nas NCRF, a BPC efectua anualmente uma avaliação dos activos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis, quando aplicável.

11. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	2010	2009
Mercadorias	-	-
Materiais diversos	3.008	168
Produtos acabados	-	-
Imparidade de inventários	-	-
Total inventários	3.008	168

Os materiais diversos correspondem essencialmente a materiais e equipamento já adquiridos para a obra a decorrer na Líbia que se encontram por aplicar.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2010, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 12.221 milhares de € (em 2009: 25.245 milhares de €).

12. CLIENTES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - empresas associadas (i)	2.024	-	2.024	1.042	-	1.042
Clientes - outros (ii)	65.891	-	65.891	113.179	-	113.179
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	67.915	-	67.915	114.221	-	114.221
Clientes - adiantamentos (iii)	(447)	(25.803)	(26.250)	(21.798)	(25.803)	(47.601)
Ajustamento clientes	-	-	-	-	-	-
Total Clientes	67.468	(25.803)	41.665	92.423	(25.803)	66.620

(i) Clientes – empresas associadas: esta rubrica refere-se aos saldos a receber de empresas do grupo Odebrecht por conta dos serviços prestados (ver Nota 36.3).

(ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da prestação de serviço no âmbito dos contratos de execução de empreitada.

(iii) Clientes – adiantamentos: nesta rubrica encontram-se registados os saldos de adiantamentos de clientes obtidos no âmbito dos contratos de execução de empreitada.

Não existem acordos para o recebimento destes montantes para além dos prazos normais acordados, pelo que não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos a receber e a pagar ao Estado e outros entes públicos, é como se segue:

	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	177	-	101
Imposto s/ rendimento - IRS	-	485	-	278
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	1.156	-	1.479	-
Contribuições p/ segurança social	-	517	-	453
Outros impostos	30	1	22	2
	1.186	1.180	1.501	834

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Pagamentos por conta	74	1
Retenções na fonte	5	19
Estimativa de IRC	(256)	(121)
Total	(177)	(101)

O saldo devedor de IVA refere-se ao pedido de reembolso efectuado relativo ao mês de Dezembro de 2010. O valor foi recebido em 04 de Março de 2011.

14. ACCIONISTAS / SÓCIOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de accionistas/sócios diz respeito a empréstimos concedidos a empresas do Grupo cujo montante, taxa de juro e data de reembolso de acordo com os contratos é como segue:

Empresas do Grupo	Valor do financiamento concedido	Valor do financiamento concedido - milhares de euros	Taxa de juro praticada	Data de reembolso
Odebrecht Overseas Limited	800.000 USD	599	Libor 12M+3%	Não definida
Odebrecht Services GmbH	-	14.229	Taxa fixa 3%	11-Jul-2011
ONL Investiments	-	133.305	Euribor 12M + 2.7%	Não definida
A 31 de Dezembro de 2010		148.133		

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores - terceiros	6.880	-	6.880	3.112	-	3.112
Outros devedores - grupo	14.129	-	14.129	4.775	-	4.775
Pessoal	169	-	169	302	-	302
Acrescimos de rendimentos (i)	26.276	-	26.276	19.394	-	19.394
	47.454	-	47.454	27.583	-	27.583
Ajustamento para contas a receber	(113)	-	(113)	(113)	-	(113)
Outras contas a receber	47.341	-	47.341	27.470	-	27.470

(i) Este montante refere-se essencialmente ao valor de proveitos especializado no âmbito da aplicação da percentagem de acabamento para o reconhecimento do rédito das obras em curso como segue:

	2010	2009
Cril	-	3.992
Santo Ovidio	385	192
Ute's Miniatico e Embramex	9.634	7.803
Baixo Sabor	16.257	7.407
	26.276	19.394

Não existem acordos para o recebimento destes montantes para além dos prazos normais acordados, pelo que não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Bento Pedroso Construções, SA tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2010	2009
Seguros	96	111
Gastos financeiros	81	28
Manutenção	-	-
Rendas	48	58
Outros serviços	277	461
Gastos a reconhecer	501	658
Facturação antecipada	26.403	3.652
Rendimentos a reconhecer	26.403	3.652

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Nos rendimentos a reconhecer a facturação antecipada refere-se à aplicação da percentagem de acabamento para o reconhecimento do rédito da obra em curso na Líbia. Em Setembro de 2010, foi assinada uma nova adenda ao contrato da obra do aeroporto de Tripoli, onde foi definido um novo valor do contrato, um novo âmbito dos trabalhos do projecto, e uma nova data para conclusão dos trabalhos, bem como a alteração de outras condições do contrato nomeadamente a alteração do contrato de "Cost plus" para "Lump sum" para os trabalhos executados após 30 de Junho de 2009. Com esta alteração de contrato, o rédito do contrato passou em 2010 a ser reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento, pelo que a variação significativa ocorrida nesta rubrica reflecte a especialização da facturação emitida do projecto em função da percentagem de acabamento da obra a 31 de Dezembro de 2010.

17. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Bento Pedroso Construções, SA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 7.400.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	Número de acções	Capital Social (milhares de euros)
Odebrecht Services GmbH	7.399.859	36.999
Outros	141	1
Capital Social	7.400.000	37.000

18. RESERVAS

As rubricas reservas registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	Reservas legais	Reservas de cobertura	Total
1 de Janeiro de 2009	3.970	(264)	3.706
Adições	255		255
Regularização por capital		(10)	(10)
A 31 de Dezembro de 2009	4.225	(274)	3.951
Adições	1.107		1.107
Regularização por capital		22	22
A 31 de Dezembro de 2010	5.332	(252)	5.080

Reserva legal: Esta reserva não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de cobertura: Esta reserva refere-se à flutuação de justo valor de um instrumento de cobertura de taxa de juro (swaps - ver Nota 22) como segue:

	2010	2009
Justo valor do instrumento de cobertura	343	373
Impostos diferidos	(91)	(99)
Reserva de cobertura	252	274

19. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica outras variações no capital próprio essencialmente à variação resultante das diferenças de conversão das demonstrações financeiras da associada United Group Holding LLC de “Dirham dos EAU” para “Euros”.

20. PROVISÕES

A evolução das provisões no exercício de 2010 e 2009 é como segue:

	Associadas (a)	Garantias a clientes (b)	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2009	206	5.736	50	5.992
Dotação	528	31	-	559
Redução	(51)	(3.659)	-	(3.710)
A 31 de Dezembro de 2009	683	2.108	50	2.841
Saldo corrente	-	2.108	-	2.108
Saldo não corrente	683	-	50	733
	683	2.108	50	2.841

	Associadas (a)	Garantias a clientes (b)	Contratos onerosos (ver Nota 3.18)	Outras provisões (c)	Total
A 1 de Janeiro de 2010	683	2.108	-	50	2.841
Dotação	414	640	846	3.432	5.332
Redução	(432)	(1.857)	-	-	(2.289)
A 31 de Dezembro de 2010	665	891	846	3.482	5.884
Saldo corrente	-	-	846	-	846
Saldo não corrente	665	891	-	3.482	5.038
	665	891	846	3.482	5.884

(a) Ver nota 8.

(b) Este montante conforme referido na Nota 3.20, corresponde à estimativa de gastos a incorrer durante o período de garantia das obras (período compreendido entre a data de conclusão da obra e a sua recepção definitiva), resultam de uma análise específica efectuada pelos nossos responsáveis técnicos, por cada obra, competentes para o efeito, os quais tem em linha de conta os custos que serão necessários incorrer durante o período de garantia das obras até à recepção do auto de entrega definitiva.

(c) O reforço no exercício na rubrica das outras provisões refere-se à provisão para outros riscos constituída pela Empresa como resultado da situação económica e política que se vive na Líbia (ver Nota 39)

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final do exercício de 2010 e 2009, é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	13.000	-	13.000	-	-	-
Empréstimos bancários	8.416	3.751	12.167	18.167	-	18.167
	21.416	3.751	25.167	18.167	-	18.167
Locações financeiras	5.470	9.733	15.203	497	1.367	1.864
	26.886	13.484	40.370	18.664	1.367	20.031

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto à sua maturidade por natureza de financiamento, no final do exercício de 2010 e 2009, é como segue:

	2010	2009
Empréstimos Bancários		
Até 1 ano	21.419	18.167
Entre 1 e 5 anos	3.751	-
	25.167	18.167
	2010	2009
Locações Financeiras		
Até 1 ano	5.470	497
Entre 1 e 5 anos	9.733	1.367
	15.203	1.864

A Bento Pedroso Construções, SA é subscritora de 3 programas de papel comercial no valor de 30.000 milhares de euros, estando utilizados 13.000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010.

Os empréstimos bancários têm como garantia real atribuída sobre os activos tangíveis da Bento Pedroso Construções, SA.

Todos os empréstimos estão negociados em euros e vencem juros a taxas de mercado preferenciais.

Os juros a pagar relativamente aos contratos de locação financeira ascendem a 590 milhares de euros.

22. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Derivados de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2010, a Bento Pedroso Construções, SA tinha negociado instrumentos financeiros derivados relativos a “swaps” de taxa de juro.

	31.12.2010		31.12.2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swap taxa de juro - não corrente		394		436
Swap taxa de juro - corrente		1.864		2.079
	-	2.258	-	2.515

Informação detalhada das características e valor dos swaps contratados:

Designação	Valor de referência	Data da maturidade	Taxa a receber	Taxas a pagar	Justo valor em 31.12.2010	Justo valor em 31.12.2009
Derivado de negociação	10.000	4-Set-13	Euribor 3M	4,10% + [2,85% x n/N], sendo n, o número de dias em que 2,50% > Eur 3M > 5,25% e 3,25% > Eur 10y > 6,00%; sendo N, o número de dias do período de cálculo de juros	1.417	1.553
Derivado de negociação	5.000	27-Ago-12	Euribor 3M	4,24%	262	329
Derivado de negociação	5.000	27-Ago-13	Euribor 3M	Eur 3m < 2,5%: Eur 3m+ 1,5% 2,5% <= Eur 3m < 3%: Eur 3m+ 1% 3% <= Eur 3m < 3,25%: Eur 3m+ 0,5% 3,25% <= Eur 3m <= 4,75%: Eur 3m 4,75% < Eur 3m <= 5,5%: 4,75% Euribor 3m > 5,5%: Euribor 3m	185	197
Derivado de cobertura	5.000	19-Jun-13	Euribor 3M	4,67%	394	436
	25.000				2.258	2.515

O justo valor das operações de swap corresponde ao valor “mark-to-market” determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data do balanço.

Cobertura de fluxos de caixa

A Empresa procedeu à cobertura de pagamentos futuros de juros de empréstimos contraídos indexados à Euribor 3M, através da designação de swaps de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável. O risco coberto é o indexante da taxa de juro. O montante de ineficácia registado referente aos derivados designados como fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2010 é de €12.265 (31 de Dezembro de 2009: €56.779)

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2010	2009
Não corrente		
Fornecedores - Terceiros - conta garantia	998	686
Total saldo fornecedores - não corrente	998	686
Corrente		
Fornecedores - Grupo	10.854	10.025
Fornecedores - Terceiros - conta corrente	42.238	42.648
Fornecedores - Terceiros - conta garantia	757	915
	42.995	43.563
Total saldo fornecedores - corrente	53.849	53.588
Corrente		
Adiantamentos a Fornecedores	[9.358]	[4.281]
Total Fornecedores	45.489	49.993

Os adiantamentos a fornecedores dizem respeito essencialmente ao projecto do Aeroporto da Líbia.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais (i)	3.252	-	3.252	3.390	-	3.390
Acréscimos de custos						
Férias e sub. férias	12.289	-	12.289	10.625	-	10.625
Prémios de Desempenho (ii)	1.600	-	1.600	1.500	-	1.500
Serviços recebidos-não facturados por terceiros	8.713	-	8.713	8.075	-	8.075
Outros	403	-	403	204	-	204
Outras contas a pagar	26.257	-	26.257	23.794	-	23.794

(i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se essencialmente ao valor a pagar referente ao “Pipe Jacking” incorporado nos activos em curso.

(ii) Prémios de desempenho – refere-se à estimativa da participações nos lucros e gratificações a pagar aos empregados e administradores.

25. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2010	2009
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Execução de obras	66.655	107.772
Serviços prestados	981	1.795
Prestação de Serviços - Mercado Externo		
Execução de obras	65.974	123.234
Vendas e prestações de serviços	133.610	232.801

O decréscimo registado no montante das prestações de serviços em 2010 relativamente a 2009 é essencialmente explicado (i) no mercado interno pela diminuição de actividade da obra da CRIL cuja conclusão está prevista para Abril de 2011 e (ii) no mercado externo pela obra na Líbia.

Contratos de construção - O detalhe de contratos de construção, em 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

MERCADO INTERNO		
Descrição do Contrato	Rédito 2010	Rédito 2009
Obras - percentagem de acabamento (i)	59.515	85.636
Outras obras	7.140	22.136
	66.655	107.772
MERCADO EXTERNO		
Descrição do Contrato	Rédito 2010	Rédito 2009
Obras - percentagem de acabamento (i)	62.673	121.289
Outras obras	3.301	1.945
	65.974	123.234

(i) O rédito reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato, pela aplicação do método da percentagem de acabamento pode ser detalhado como segue:

MERCADO INTERNO		
Descrição do Contrato	Rédito 2010	Rédito 2009
Obra da CRIL	17.150	62.536
Obra de Santo Ovidio	5.786	297
Obra Casas Velhas Palhais	8.519	-
Obra da Linha Vermelha	432	7.034
Obra do Baixo Sabor	27.628	15.769
	59.515	85.636
MERCADO EXTERNO		
Descrição do Contrato	Rédito 2010	Rédito 2009
Obra Aeroporto da Libia	62.673	121.289
	62.673	121.289

26. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS A ASSOCIADAS

O detalhe dos ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é como segue:

	2010	2009
Associadas		
Equivalência patrimonial - ganhos	797	234
Equivalência patrimonial - perdas	(856)	(723)
Ganhos / perdas imputados a associadas	(59)	(489)

27. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas do exercício de 2010 e 2009 pode ser analisado como segue:

	2010	2009
Existências iniciais	168	162
Compras	15.061	25.251
Existências finais	(3.008)	(168)
	12.221	25.245

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos pode ser analisado como segue:

		2010	2009
Subcontratos	i)	51.896	72.858
Rendas e alugueres	ii)	10.741	11.993
Transportes de mercadorias	iii)	751	6.856
Deslocações e estadas		1.893	1.586
Trabalhos especializados	iv)	23.954	32.911
Seguros		944	896
Outros (inferiores a 500 mil €)		2.298	2.092
Fornecimentos e serviços externos		92.477	129.192

i) Subcontratos: refere-se às empreitadas contratadas com empresas construtoras no âmbito dos contratos de construção.

ii) Rendas: refere-se essencialmente a alugueres de equipamento contratados com empresas no âmbito dos contratos de construção.

iii) Transportes de mercadorias: refere-se a transportes provenientes de escavações para vazadouros.

iv) Trabalhos especializados: refere-se essencialmente a trabalhos especializados contratados com empresas no âmbito dos contratos de construção.

29. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2010 e 2009, foram como segue:

	2010	2009
Mercado Interno		
Remunerações	1.216	1.098
Orgãos sociais	19.566	17.877
Pessoal		
	20.782	18.975
Encargos sociais		
Distribuição de resultados a empregados	1.138	1.500
Encargos sobre remunerações	4.296	4.260
Seguros	661	618
Custos de acção social	220	156
Outros	127	103
Sub-total	6.442	6.637
Mercado Interno		
Pessoal	22.747	33.063
Custos com o pessoal	49.971	58.675

O número médio de empregados do Grupo em 2010 foi de 2.613 (2009: 2.933).

30. PROVISÕES

O detalhe da rubrica de provisões é apresentado como segue:

	2010	2009
Garantias a clientes	1.216	3.628
Contratos onerosos	(846)	-
Outras provisões (ver Nota 39)	(3.432)	-
	(3.062)	3.628

31. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos é apresentado como segue:

	2010	2009
Proveitos suplementares	1.955	999
Mais valia na alienação de participações financeiras (ver Nota 9)	85.026	-
Dividendos	7.955	946
Desconto de pronto pagamentos obtidos	56	136
Outros - inclui variação cambial	4.586	1.034
	99.578	3.115

32. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2010	2009
Impostos	402	532
Donativos	63	75
Custos com serviços bancários e garantias bancárias - Obras	2.946	3.547
Efeito liquidação OIP (a)	2.032	-
Outros	185	455
	5.628	4.609

(a) Este montante refere-se aos gastos e rendimentos incorridos pela OIP, entre 1 de Janeiro de 2010 e a data da liquidação/dissolução (28 de Dezembro de 2010) (ver Nota 37-a).

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Custos Financeiros		
Juros suportados	2.123	1.780
Justo valor dos swaps - negociação	-	436
Justo valor dos swaps - cobertura	-	60
	2.123	2.276
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	569	2.967
Justo valor dos swaps - negociação	215	-
Justo valor dos swaps - cobertura	12	-
	796	2.967

34. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2010	2009
Imposto s/ rendimentos corrente	252	122
Imposto s/ rendimento diferido	(6.194)	197
Ajustamento IRC ano anterior	33	-
Imposto sobre o rendimento	(5.909)	319

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 26,5% (2009: 26,5%).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2010	2009
Resultado antes do imposto	65.602	20.389
Taxa do imposto	25,0%	25,0%
	16.401	5.097
Gastos não dedutíveis	2.879	714
Rendimentos não tributáveis	(25.369)	(5.100)
Efeito da consolidação de grupo de sociedades	29	(514)
Prejuízos gerados s/ imposto diferido		
Correcções IRC ano anteriores	33	
Tributação autónoma	118	122
	(5.909)	319
Imposto s/ rendimento corrente	285	122
Imposto s/ rendimento diferido	(6.194)	197
Imposto s/ rendimento	(5.909)	319
Taxa efectiva de imposto	-9,0%	1,6%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2010	2009
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Taxa estadual (a)	2,50%	0,00%
	29,00%	26,50%

(a) Taxa a aplicar ao montante de matéria colectável que exceder os 2.000 milhares de euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2006 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

35. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela Bento Pedroso Construções, SA, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são como segue:

35.1. COMPROMISSOS PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010, a Bento Pedroso Construções, SA tinha 3 contratos de locação financeira para a compra de equipamentos básicos de produção, necessários para a sua actividade. Estes equipamentos já foram contratados com os fornecedores e as instituições de crédito e encontravam-se em construção e montagem nesta data. O valor destes financiamentos ascende a 3.375 milhares de euros (2009: 21.250 milhares de euros).

Dar-se-á início aos contratos e respectivos pagamentos aquando do início de operação dos equipamentos que se prevê seja ao longo do ano 2011, os contratos tem duração variável entre 24 meses e os 48 meses após entrada em operação.

35.2. COMPROMISSOS COM LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor mínimo das rendas futuras a pagar no âmbito dos contratos de locação operacional são como segue:

	Veículos	Imóveis (a)
Locação Operacional		
Até 1 ano	177	214
Entre 1 e 5 anos	92	-
	269	214

(a) Podendo-se renovar automaticamente por decisão de ambas as partes.

36. CONTINGÊNCIAS

A Bento Pedroso Construções, SA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas e outras responsabilidades, conforme segue:

Descrição	2010	2009
Garantias bancárias		
Execução de obra	78.962	87.318
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à Aenor - Auto-estradas do Norte	-	1.456
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à Lusoscut - Auto-estradas da Costa de Prata	-	2.053
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à Lusoscut - Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta	-	1.494
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à Lusoscut - Auto-estradas do Grande Porto	-	1.494
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à Lusolisboa - Auto-estradas da Grande Lisboa	374	747
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à AEBT - Auto-estradas do Baixo Tejo	5.095	5.095
Aumento de capital, prestações acessórias e empréstimos a efectuar à EL0S - Ligações da Alta Velocidade	16.957	11.030
Empréstimos bancários - papel comercial	30.000	33.000
Total garantias bancárias	131.388	143.687
Seguros de caução	37.761	74.539
Processos em contencioso	1.301	584
Total	170.450	191.810

37. EMPRESAS CONSOLIDADAS

a) Pelo método integral

Empresas	Sede	Actividade	Activo		Passivo		Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Percentagem de participação	
			Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente				2010	2009
Odebrecht Construction Malta Limited (a)	Suite 1, 17 Sir A. Bartolo Street, Ta' Xbies Malta	Gestão de participações sociais de outras sociedades e outros títulos. Constituída em 5 de Setembro de 2007.	108.167	4.679	52.824	29.235	30.787	66.436	(66.391)	100%	100%
ODB, Investimentos em Concessões Rodoviárias SGPS, S.A.	Rua Quinta da Quintã, Ed. D. João I nº 4 Piso 1B - Paço de Arcos	Gestão de participações sociais de outras sociedades. Constituída em 27 de Março de 2008.	42	-	1	-	41	-	(1)	100%	100%
Odebrecht, Investimentos em Concessões Ferroviárias SGPS, S.A.	Rua Quinta da Quintã, Ed. D. João I nº 4 Piso 1B - Paço de Arcos	Gestão de participações sociais de outras sociedades e outros títulos. Constituída em 24 de Setembro de 2008.	98	-	-	-	98	-	(114)	100%	100%
Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias II SGPS, S.A.	Rua Quinta da Quintã, Ed. D. João I nº 4 Piso 1B - Paço de Arcos	Gestão de participações sociais de outras sociedades e outros títulos. Constituída em 7 de Julho de 2009.	46	-	1	-	45	-	(2)	100%	100%
Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L, Sociedad Unipersonal.	C Pradillo, 5 Bajo - Exterior - Madrid - España	Gestão e administração de valores representativos de fundos próprios de entidades não residentes no território espanhol. Constituída em 21 de Setembro de 2006.	11.042	-	10.684	-	358	1.989	(1.631)	100%	100%
Odebrecht Investimentos e Participações SGPS	Rua Quinta da Quintã, Ed. D. João I nº 4 Piso 1B - Paço de Arcos	Gestão de participações sociais de outras sociedades. Constituída em 9 de Julho de 2002 e liquidada em 28 de Dezembro de 2010.	-	-	-	-	-	-	-	(b)	100%
Total			119.395	4.679	63.510	29.235	31.329	68.425	(68.139)		

(a) A informação financeira da OCM corresponde ao sub-consolidado desta entidade com a Odebrecht Engineering and Construction, Limited (OEC) detida a 100% e a Libyan Branch of Odebrecht Engineering and Construction, Limited detida a 100%.

(b) Conforme referido na Nota 9, com a alienação em finais de 2010 das participações nas concessões rodoviárias, a Bento Pedroso Construções, SA procedeu à dissolução da OIP, no seguimento das actividades de consolidação do Grupo Odebrecht em Portugal.

b) Pelo método da equivalência patrimonial e pelo método proporcional

b.i) Associadas

Empresas	Sede	Objecto social	Percentagem de participação	
			2010	2009
United Group Holding LLC	Abu Dhabi – United Arab Emirates	O objecto da Sociedade consiste em empreitadas gerais de actividades de construção. Constituída em 10 de Setembro de 2008	35%	35%

b.ii) Agrupamentos Complementares de Empresas

A Empresa em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 participava nos seguintes Agrupamentos Complementares de Empresas, os quais de acordo com a política definida na Nota 3.1.

Nome		Percentagem de participação		Método de Consolidação	Observações
		2010	2009		
ACE - METRO	(a)	50,00%	50,00%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada
ACE - NOVAPONTE	(a)	14,34%	14,34%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - ALQUEVA	(a)	25,00%	25,00%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - OBRAS CIVIS 2.1	(a)	40,00%	40,00%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada
ACE - L. VERMELHA	(a)	26,32%	26,32%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada
ACE - TACE	(a)	16,67%	16,67%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - NORACE	(a)	17,34%	17,34%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - VIANOR	(a)	17,25%	17,25%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - LUSITANIA	(a)	17,25%	17,25%	Equivalência Patrimonial	Associada
ACE - PORTUSCALE	(a)	17,25%	17,25%	Equivalência Patrimonial	Associada
Conbate, ACE		17,50%	17,50%	Equivalência Patrimonial	Associada
LGV, ACE		17,25%	17,25%	Equivalência Patrimonial	Associada
UTE Minatrico		33,33%	33,33%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada
UTE Ebramex		33,33%	33,33%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada
ACE - Baixo Sabor		50,00%	50,00%	Proporcional	Entidade conjuntamente controlada

(a) Ace`s sem actividade e em período de garantia de obra.

Entidades conjuntamente controladas:

O BPC, CBPO, SOMAGUE, PROFABRIL, KAISER E ACER, A.C.E. (Ace Metro), é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 23 de Janeiro de 1992, que tem como actividade principal a empreitada de projecto e construção das linhas Restauradores - Baixa/Chiado - Praça do Comércio - Santa Apolónia e Rossio - Baixa/Chiado - Cais do Sodré, do Metropolitano de Lisboa E.P.

Em 2 de Agosto de 2001 foi assinado o contrato n.º 47/2001 – ML para a execução da empreitada ML 584/00 Projecto e Construção dos Toscos da Estação de Santa Apolónia da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.

O Obras Civis, L.N.2.1., ACE, é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 25 de Novembro de 2002, que tem como actividade principal, em regime de subempreitada, a execução da totalidade dos trabalhos de construção civil integrantes da empreitada denominada Subtroço 2.1. Entroncamento/Albergaria dos Doze, trabalhos gerais de construção civil, via e catenária.

O SOMAGUE, BPC, MOTA-ENGIL, SPIE – SBMS – PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA DO METROPOLITANO, ACE, é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 01 de Julho de 2003, que tem como actividade principal a execução do contrato de empreitada ML 613/02 - Execução dos toscos do prolongamento da linha vermelha, Alameda/São Sebastião, do Metropolitano de Lisboa, E.P., contrato da empreitada ML 673/08 – execução dos acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e avac das estações do Saldanha I e II e do poço de ventilação (PV195) da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P., - acabamentos da estação do Saldanha e contrato de empreitada ML 675/08 – execução dos acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e avac das estações S.Sebastião I e II e poço de ventilação (PV 196), da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P. – acabamentos de São Sebastião, bem como todos os trabalhos complementares e/ou acessórios.

A UTE Miniatico Suministros, é uma Union Temporal de Empresas, com sede em Madrid, constituída em 28 de Dezembro de 2005, tendo como objecto a prestação de serviços referentes à procura e fornecimento de equipamentos e materiais. Participação indirecta através da Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L, Sociedad Unipersonal.

A UTE Ebramex Suministros, é uma Union Temporal de Empresas, com sede em Madrid, constituída em 28 de Dezembro de 2005, tendo como objecto a prestação de serviços referentes à procura e fornecimento de equipamentos e materiais. Participação indirecta através da Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L, Sociedad Unipersonal.

O Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construções, ACE., é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Bragança, constituído em 27 de Junho de 2008, tendo como objecto execução da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor – “Barragem do Baixo Sabor”, contrato celebrado com a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.

A contribuição das entidades consolidadas pelo método proporcional nos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Activos		
Não correntes	2.191	665
Correntes	22.439	17.113
	24.630	17.778
Passivos		
Não correntes	4.221	1.295
Correntes	20.411	14.819
	24.632	16.114
Capital Próprio	(3)	1.664
Actividade no ano		
Rendimentos	28.178	23.609
Gastos	(28.181)	(21.945)
Resultado líquido	(3)	1.664

Associadas:

O **Novaponte – Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE.**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 08 de Abril de 1994, que tem como actividade principal a construção da Segunda travessia do Tejo.

O **Somague – Bento Pedroso – Necso – Dragados, ACE**, (Ace Alqueva) é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 05 de Dezembro de 1996, que tem como actividade a empreitada de construção da obra denominada “Empreitada Principal de Construção do Escalão do Alqueva”.

O **TACE – Construção da Travessia Rodoviária do Tejo ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 15 de Julho de 2004, que tem por objecto a concepção, projecto e construção da Travessia Rodoviária do Tejo. O ACE foi constituído para actuar como responsável na execução de forma integrada de todos os trabalhos da empreitada de Concepção, Projecto e Construção da Travessia Rodoviária do Tejo, no Sublanço A1/Benavente da A10 – Auto-Estrada Bucelas/Carregado/IC13.

O **NORACE – Construtoras das Auto-Estradas do Norte, ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede no Porto, constituído em 17 de Junho de 1999, que tem como objecto social melhorar as condições de exercício e de resultado das actividades económicas das empresas agrupadas através da realização em conjunto dos trabalhos, serviços e fornecimento de concepção, projecto e construção dos lanços de auto – estradas e conjuntos viários associados na Zona Norte de Portugal, nos termos previsto no Contrato de Projecto e Construção celebrado com a Concessionária Ascendi Norte, Auto-Estradas do Norte, SA.

O **VIANOR – Construtoras das Auto-Estradas Costa da Prata, ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede no Porto, constituído em 27 de Março de 2000, que tem como objecto social melhorar as condições de exercício e de resultado das actividades económicas das empresas agrupadas através da realização em conjunto dos trabalhos, serviços e fornecimentos de concepção, projecto e construção ou duplicação do n.º de vias dos lanços de auto – estradas e conjuntos viários associados na Zona da Costa de Prata, nos termos previsto no Contrato de Projecto e Construção celebrado com a Concessionária Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA.

O **LUSITÂNIA – Construtoras das Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede no Porto, constituído em 26 de Março de 2001, que tem como objecto social melhorar as condições de exercício e de resultado das actividades económicas das Empresas agrupadas através da realização em conjunto de trabalhos, serviços e fornecimento de concepção, projecto e construção dos lanços de auto – estrada e conjuntos viários associados na Zona das Beiras Litoral e Alta de Portugal, nos termos previsto no Contrato de Projecto e Construção celebrado com a Concessionária Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA.

O **PORTUSCALE – Construtoras das Auto-Estradas do Grande Porto, ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede no Porto, constituído em 15 de Julho de 2002, que tem como objecto social melhorar as condições de exercício e de resultado das actividades económicas das empresas agrupadas através da realização em conjunto dos trabalhos, serviços e fornecimento de concepção, projecto e construção dos lanços de autoestradas e conjuntos viários na Zona do Grande Porto, nos termos previsto no Contrato de Projecto e Construção celebrado com a Concessionária Ascendi Grande Porto, Auto-Estradas do Grande Porto, SA.

O **Conbate – A.C.E.**, é um agrupamento complementar de empresas, constituído em 14 de Janeiro de 2009, com a sua sede em Porto Salvo, que tem por objecto a melhoria das condições de exercício e o resultado económico das Agrupadas, através da realização em conjunto, de todos os actos, materiais e jurídicos, necessários à execução das empreitadas que lhe foram adjudicadas pela AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A., relativo à subconcessão de concepção, projecto, construção, aumento do número de vias, financiamento, conservação e exploração de lanços de auto-estradas, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal.

O **LGV – Engenharia e Construção de Linhas de Alta Velocidade, ACE**, é um agrupamento complementar de empresas, com sede em Lisboa, constituído em 12 de Fevereiro de 2010, que tem por objecto executar a totalidade dos trabalhos de concepção projecto, expropriações, construção, fornecimento e montagem de equipamentos previstos na construção das infra-estruturas ferroviárias do Troço Poceirão/Caia do corredor da linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, conforme contrato de empreitada celebrado com a concessionária ELOS – Ligações de Alta Velocidade, SA.

38. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010, a Bento Pedroso Construções, SA é controlada pela Odebrecht Services GmbH que detém 100% aproximadamente do capital da empresa. O último accionista da Bento Pedroso Construções, SA é o Grupo Odebrecht.

38.1. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Bento Pedroso Construções, SA ascenderam a 1.216 milhares de euros (2009:1.098 milhares de euros).

	2010	2009
Remunerações	1.216	1.098
Benefícios curto-prazo	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Pagamentos baseados em acções	-	-
	1.216	1.098

38.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionistas Directos: A Odebrecht Services GmbH, com sede em, Neulinggasse 29/18, 1030 Vienna, Austria.

Accionistas Indirectos: A Organização Odebrecht.

38.3. TRANSACÇÕES E SALDOS PENDENTES

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício de 2010 e 2009, a Bento Pedroso Construções, SA efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	2010	2009
Serviços prestados		
Odebrecht Construction Internacional	848	-
Lybian Brazilian Construction	-	317
Osel Liberia	-	137
	848	454
Outros rendimentos		
OCS Internacional Limited	897	387
	897	387

Compras de produtos e serviços

	2010	2009
Compra de Serviços		
Construtora Norberto Odebrecht, S.A.	327	-
Odebrecht Construction Internacional	-	67
Odebrecht Services GmbH	520	-
	847	67

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2010	2009
Saldos de clientes		
Lybian Brazilian Construction	909	909
Odebrecht Construction International	757	-
OCS International Limited	225	-
Odebrecht Serviços Exterior Moçambique	129	129
Osel Liberia	3	3
United ODB LLC	1	1
	2.024	1.042

	2010	2009
Saldos devedores		
Lybian Brazilian Construction	9.770	3.314
Odebrecht Overseas Limited	4.312	1.461
Odebrecht Construction International	43	-
Outros	4	-
	14.129	4.775

	2010	2009
Saldos credores		
Odebrecht Serviços Exterior Limited	-	(12.050)
Construtora Norberto Odebrecht, RJ	(3.536)	(1.415)
Odebrecht Overseas Limited	(6.640)	-
Construtora Norberto Odebrecht - EAU	(443)	(366)
Odebrecht Construction International	(217)	(117)
Outros	(18)	(77)
	(10.854)	(14.025)

ii) Agrupamentos complementares de empresas:

Durante o exercício de 2010 e 2009, a Bento Pedroso Construções, SA efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

	2010	2009
Serviços prestados		
Metro	-	8
Linha Vermelha	-	612
Norace	40	1.026
Vianor	445	9.539
Lusitânia	243	4
Portuscale	116	3.492
Baixo Sabor	10.653	5.066
LGV	1.205	-
Conbate	5.536	435
	18.238	20.182

	2010	2009
Compras de serviços		
Gare	-	25
Lismercado	-	2
Linha do Norte 2.2	-	3
	-	30

	2010	2009
Saldos devedores		
Metro	3	5
Linha do Norte 2.2	1	2
Linha Vermelha	-	10
Baixo Sabor	5.631	6.080
LGV	629	-
Conbate	115	28
	6.379	6.125

	2010	2009
Saldos credores		
Alqueva	3	3
Linha Vermelha	3	-
	6	3

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

No mês de Fevereiro 2011 ocorreram distúrbios na Líbia que provocaram a suspensão dos trabalhos de construção do Terminal de Trípoli, tendo sido retirados da Líbia todos os trabalhadores. O consórcio construtor, no qual a Empresa participa por via indirecta através da Libyan Branch of Odebrecht Engeneering and Constructions Limited, formalizou a suspensão dos trabalhos em decorrência da situação de força maior. Continuamos a monitorar a situação e a evolução dos fatos, e retomaremos os trabalhos tão logo as condições o permitam.

Assim, na sequência desta instabilidade económica e política cujo desfecho a esta data é imprevisível, é nossa convicção que desta situação não advirão, no futuro, perdas significativas não reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2010, pois a Empresa, após a avaliação dos potenciais riscos sobre o património líquido da Sucursal resultantes da situação que actualmente se vive na Líbia, procedeu ao ajustamento do património líquido da Sucursal, através da constituição de uma provisão para outros riscos no montante de 3.432 milhares de euros (ver Nota 20). Desta forma, o património líquido da Sucursal incorporado nas contas anexas é de cerca de €31 milhões, valor este correspondente essencialmente às disponibilidades da Sucursal, que pelo facto de se encontrarem depositadas em instituições financeiras fora da Líbia não estão sujeitas a restrições de movimentação.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Manuel Mendes Ferraz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Miguel Ângelo Bassi Peres (Presidente)

Gilberto Vidal Ramos Costa (Administrador)

Joaquim Basílio Pereira Simão (Administrador)

José Joaquim Ferreira Martins (Administrador)

Luis Alexandre Serafim Cecilio (Administrador)

Tiago Marques Ferreira de Matos (Administrador)

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.



RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários, o Conselho Geral e de Supervisão da BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A. acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade tendo, para o efeito, reunido quando necessário.

Ao longo do exercício, o Conselho Geral e de Supervisão seguiu a actuação do Conselho de Administração Executivo, tendo constituído sua especial preocupação dotar os Accionistas de informação considerada relevante sobre alternativas estratégicas para a evolução da Sociedade.

Examinámos não só o Relatório do Conselho de Administração Executivo, como o Balanço e as Contas Consolidadas do exercício, que estão de harmonia com as informações que nos foram prestadas ao longo do mesmo período.

Assim, e tendo presente a actividade desenvolvida por este Conselho e ainda o teor do Relatório e Contas Consolidadas e a Certificação Legal das mesmas, o Conselho Geral e de Supervisão delibera dar parecer favorável ao Relatório e Contas Consolidadas, conforme apresentado pelo Conselho de Administração Executivo.

Paço de Arcos, 21 de Abril de 2011

O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

João Manuel Pires Ferreira Rodrigues (Presidente)

Paulo Oliveira Lacerda de Melo

Sergio Ferraz de Campos

Jayme Gomes da Fonseca Junior

Luis Augusto de Teive e Argollo da Rocha

Paulo Silva Rocha

Adriano Chaves Jucá Rolim

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

2010

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Bento Pedroso Construções, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 363.918mEur. e um total de capital próprio de 180.062mEur., incluindo um resultado líquido de 71.529mEur.), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Bento Pedroso Construções, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concorde com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 20 de Abril de 2011

OLIVEIRA MARTINS, SROC UNIPessoal, LDA
Representada por Alfredo Louro de Oliveira Martins, ROC N.º11

ODEBRECHT
BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.